



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

Fábio Garcia

**“Uma página da minha infância”:
pesquisa (auto)biográfica sobre Ildefonso Juvenal da Silva (1894-1910)**

Florianópolis

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - CED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE

Fábio Garcia

**“Uma página da minha infância”:
pesquisa (auto)biográfica sobre Ildefonso Juvenal da Silva (1894-1910)**

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Garcia, Fábio
"Uma página da minha infância" : pesquisa (auto)biográfica
sobre Ildefonso Juvenal da Silva (1894-1910) / Fábio
Garcia ; orientador, Fábio Machado Pinto, 2021.
92 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós
Graduação em Educação, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Educação. 2. (auto)biografia, projeto e desejo de
ser, pós-abolição. I. Machado Pinto, Fábio. II. Universidade
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

Fábio Garcia

“Uma página da minha infância”: pesquisa (auto)biográfica sobre Ildefonso Juvenal da Silva (1894-1910)

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Fábio Machado Pinto, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
Orientador

Profa. Eliane Santana Dias Debus, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Membro da Banca

Prof. José Bento Rosa da Silva, Dr.
Universidade Federal de Pernambuco
Membro da Banca

Profa. Maria Aparecida Rita Moreira, Dra.
Membro Suplente da Banca

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFSC.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Fábio Machado Pinto, Dr.

Florianópolis, 2021

AGRADECIMENTOS

Aos ancestrais e antepassados, pela luta em prol da liberdade, da dignidade humana e dos valores culturais repassados às gerações futuras, das quais somos herdeiros.

Aos meus pais Roberto Garcia Sobrinho e Ivone Capitania, pela oportunidade da vida, pelos valores morais e éticos recebidos desde a infância.

À esposa Thyrcia Peplau Madeira Garcia e aos meus filhos Dandhara dos Santos Garcia e Daniel Peplau Madeira Garcia pelo incentivo, companhia e amor que nos une.

Às minhas irmãs Fabiane Garcia e Katiane Karoline Garcia, pela cumplicidade dispensada em todos os momentos.

À inteligente Sofia Garcia, minha sobrinha querida, e, ao pequeno e amado sobrinho Caetano Garcia Rocha.

Ao amigo e mestre de capoeira Jimmy Wall, Valmir Ari Brito (*in memoriam*), parceiro de caminhada há mais de vinte anos, serei eternamente grato por ter me ensinado o sentido real da palavra “negro”.

Aos funcionários da Biblioteca Pública de Santa Catarina, nas pessoas de Almeri Machado, o “Machadinho” (*in memoriam*), Alzemi Machado, Cristiano Guiraldelli, Evandro Jair Duarte, Helen Moro de Luca e Roseleia Marcelino, profissionais dedicados e comprometidos com a preservação, manutenção e divulgação do acervo de jornais e de obras raras da Biblioteca Pública.

Aos companheiros e companheiras do Grupo de Estudos Biográficos Sartreano – GEBIOS, especialmente nas pessoas do professor e coordenador do grupo, Fábio Machado Pinto, Ana Cláudia Wendt dos Santos, Anderson Fabricio Freitas, Clarivia Fontana Possamai, Débora Vanusa Brandalise Machado, Elisângela Melnik Trombetta, Júlio César Couto de Souza, Justina Inês Sponchiado, Lara Beatriz Fuck, Márcio Rogerio Delfes Branco, Maria Eduarda de Sousa e Matheus Jesus. Companheiros leais na senda da construção do saber e difusão do conhecimento.

Aos militantes do movimento negro de hoje e de ontem, nas pessoas de Adriano de Brito, Alexandra Alencar, Amauri Mendes, Antonieta de Barros, Azânia Mahin, Barbara Marques, Bruno Barbi, Décio Davi da Rosa, Ed Soul, Edenice Fraga, Eduardo Romão, Eliane Debus, Gentio do Orocongo, Gisele Correa, Giselle Marques, Henrique Cunha Júnior, Ilka Boaventura Leite, Ivan Costa Lima, Jane Márcia dos Santos, JB Costa, Jeruse Romão, Joana Célia dos Passos, João Carlos Nogueira, João da Cruz e Sousa, João Rosa Júnior, José Bento

Rosa da Silva, José Ribeiro, Juarez Ribeiro, Juçara Romão, Jussara Lima, Leonor de Barros, Marcelo Silva, Marcos Caneta, Marcos Moita, Marcos Silva, Maria Aparecida Rita Moreira, Mauricio Pestana, Mestre Jimmy Wall, Nega Tide, Rossano Lopes Bastos, Seu Teco, Sinclair Biazotti, Solange Adão, Suzana Ribeiro, Tatiana Americo, Tercília dos Santos, Tio Marcos, Trajano Margarida, Uda Gonzaga, Valdeonira Silva dos Anjos, Vânia Beatriz Monteiro, Vera Lúcia da Silva Santos.

Aos familiares do intelectual Ildefonso Juvenal da Silva, pela confiança dispensada, carinho e afeto com que fui recebido e acolhido. Em especial à Dione da Silva Martins, a qual acreditou num jovem sonhador que, há exatos dezessete anos, bateu à sua porta pedindo para conhecer sobre a vida e a obra do seu avô.

Ao espírito de luz de Ildefonso Juvenal da Silva, pela grata oportunidade e honra de (re)contar sua história profissional, a qual descortina os feitos de uma “plêiade” de homens e mulheres negras, anteriores e contemporâneos à sua geração, que enfrentaram as muralhas da discriminação e do preconceito racial. Obrigado por tornar possíveis todas as conexões necessárias para a realização desta obra.

A filosofia Ubuntu - Eu sou porque nós somos - se faz presente nesta pesquisa!

Eu sou porque Ildefonso Juvenal da Silva foi!

*“Toda ação requer instrumento.
E o instrumento máximo da
vida é a instrução”.*
(BARROS, 2001)

RESUMO

“Uma página de minha infância”: pesquisa (auto)biográfica sobre Ildefonso Juvenal da Silva (1894-1910) objetiva compreender o *projeto e o desejo de ser* escritor de Ildefonso Juvenal, homem negro, nascido na antiga Desterro. Filho de Ovídio Medeiros da Silva e Henriqueta Castro e Silva, aquele alforriado e esta liberta desde o nascimento, utilizou da Educação como instrumento de superação dos estigmas que mantinham a população negra à margem dos meios e dos mecanismos de ascensão social na provinciana capital do estado. Órfão de pai aos 12 anos, foi alistado na Escola de Aprendizes a Marinheiros, sediado na parte continental de Florianópolis, onde se presume ter aprendido o ofício de tipógrafo. Autor de dezessete livros e mais de trezentos e setenta artigos, teve expressiva participação no meio literário e intelectual do estado. O trabalho divide-se em seis capítulos amparados em vasta pesquisa documental, sobretudo jornais de época e documentos de família, composto por fotografias, manuscritos e relatos orais. Como método de pesquisa, buscou-se o *paradigma indiciário*, a leitura *a contrapelo* e o método progressivo-regressivo sartreano, na tentativa de compreender aspectos antropológicos, sociológicos e psicofísicos do período da infância e da juventude de Ildefonso Juvenal.

Palavras-chave: (auto)biografia, projeto e desejo de ser, pós-abolição.

ABSTRACT

“A page from my childhood”: (auto)biographical research about Ildefonso Juvenal da Silva (1894- 1910), aims to understand the project and desire-to-be a writer of Ildefonso Juvenal, a black man, born in ancient Desterro. Son of Ovídio Medeiros da Silva and Henriqueta Castro e Silva, he was gained his freedom and she was free since the day she was born, Education was used as an instrument to overcome the stigmas that kept the black population outside the means and mechanisms of social ascension in the provincial capital of the state. Orphan of father at age 12, he was enrolled in the School of Apprentices to Sailors, headquartered in the mainland of Florianópolis, where, it is presumed he had learned the typographer's trade. Author of seventeen books and more than three hundred and seventy articles, he had an expressive participation in the literary and intellectual environment of the state. The work is divided into six chapters supported by extensive documentary research, especially newspapers of the time and family documents, consisting of photographs, manuscripts and oral reports. As research it was chosen the evidential paradigm, reading against the grain and the progressive-regressive Sartrean method, in an attempt to understand anthropological, sociological and psychophysical aspects of the period of childhood and youth of Ildefonso Juvenal.

Keywords: (auto)biography, project and desire-to-be, post-abolition.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Fábio Garcia e Ib Silva	18
Figura 2. Sarg. Ildefonso Juvenal	22
Figura 3. Farmacêutico Ildefonso Juvenal	22
Figura 4. Dione Martins e Fábio Garcia.....	25
Figura 5. Caderno de memória de Henriqueta de Castro e Silva.....	26
Figura 6. Ilustração da família de Ildefonso Juvenal.....	44
Figura 7. Rua Augusta, atual Rua João Pinto	46
Figura 8. Jornal Crepúsculo.....	49
Figura 9. Amália Efigênia da Silva e Gustavo José do Espírito Santo	50
Figura 10. Fachada externa da Casa Hoepcke	58
Figura 11. Vista aérea da Rua 16 de Abril, atual Visconde Ouro Preto	59
Figura 12. Rua 16 de Abril, atual Visconde Ouro Preto	60
Figura 13. Fachada da Escola de Aprendizes Marinheiros, em 1911	66
Figura 14. Relatório da Escola Aprendizes a Marinheiros.....	70
Figura 15. Menção honrosa	73
Figura 16. Exercício de esgrima	74
Figura 17. Jornal Azar	76
Figura 18. Jornal A Casaca.....	76

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Contratos de alforrias	56
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACARNAP - Associação Cultural Anastácia da Raça Negra Ação Popular do Alto Vale do Itajaí/Rio do Sul

ACL – Academia de Letras Catarinense

ACR - Anarquistas Contra o Racismo/Criciúma

APUFSC – Associação de Professores da Universidade Federal de Santa Catarina

BPSC – Biblioteca Pública do estado de Santa Catarina

BU/UFSC – Biblioteca Pública da Universidade Federal de Santa Catarina

C.C.C.S - Centro Cívico Cruz e Sousa/Lages

CAIC – Lei de Incentivo à Cultura de Florianópolis

CECUNE – Centro Ecumênico da Cultura Negra

CCL – Centro Catarinense de Letras

ENEB - Entidade Negra Bastiana/Criciúma

FCC/SC - Fundação Catarinense de Cultura

GEBIOS – Grupo de Estudos Biográficos Sartreanos

IHGSC - Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina

MNU - Movimento Unificado Negro/Florianópolis

MOCNETU - Movimento Cultural de Conscientização Negra Tubaronense/Tubarão

NEN - Núcleo de Estudos Negros

NUER – Núcleo de Estudos Interétnicos

PPGE – Programa de Pós-Graduação em Educação

PM/SC – Polícia Militar do estado de Santa Catarina

UBRAC – União Brasileira dos Homens de Cor

UDESC – Universidade do Estado de Santa Catarina

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

UNEGRO - União de Negros pela Igualdade

UNIAFRO - União de Cultura Negra em Santa Catarina

SUMÁRIO

1	NEGRAS PRETENSÕES: PRÓLOGO DE UMA PESQUISA	13
2	SUJEITO HISTÓRICO, FONTES, METODOLOGIA, RECORTE TEMPORAL E TEORIA.....	21
2.1	O SUJEITO HISTÓRICO	21
2.2	AS FONTES	24
2.3	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	27
2.4	TEMPORALIDADE	29
3	AS INJUSTIÇAS DE CLIO: O NEGRO NA HISTORIOGRAFIA CATARINENSE	31
3.1	A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA LITERATURA CATARINENSE: A GUERRA LITERÁRIA DOS ANOS	20 33
3.2	OS NOVOS ESTUDOS SOBRE ILDEFONSO JUVENAL	35
4	O CADERNO DE HENRIQUETA: FAMÍLIA, COMPADRIO E LAÇOS DE SOLIDARIEDADE.....	42
4.1	“A MINHA QUERIDA MÃE HENRIQUETA”: UMA LEITORA/ESCRITORA NEGRA NA ANTIGA DESTERRO?	45
4.2	A FAMÍLIA.....	53
4.3	DOS FILHOS	60
5	O INGRESSO NA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DE SANTA CATARINA	66
6	CONCLUSÃO.....	77
	REFERÊNCIAS.....	79
	Apêndice A - ficha de registro: jornais catarinenses (1880 -1970).....	85
	Apêndice B - Periódicos analisados entre 1880 a 1970	86
	Apêndice C - Cronologia de vida e obra	87

1 NEGRAS PRETENSÕES: PRÓLOGO DE UMA PESQUISA

*Até que os leões tenham suas histórias,
os contos de caça glorificarão sempre o caçador.
(Provérbio africano)*

Negras Pretensões: prólogo de uma pesquisa, título do presente capítulo introdutório, visa descrever os vínculos estabelecidos ao longo dos últimos vinte e cinco anos, em atividades de pesquisa, intervenção e reflexão sobre a história do negro no Brasil, com foco especial para o estado de Santa Catarina, que foram decisivas para a escolha do presente tema de pesquisa de Mestrado em Educação intitulada: *Uma página da minha infância: pesquisa (auto)biográfica sobre Ildefonso Juvenal da Silva (1894-1910)*, desenvolvida como requisito para obtenção do grau de Mestrado em Educação, Linha de Sociologia e História da Educação, oferecida pelo Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFSC.

Uma trajetória iniciada em 1995 ao ingressar na prática da Capoeira Angola, oferecida gratuitamente pelo então professor Valmir Ari Brito (Mestre Jimmy Wall, 1964-2021), no ginásio esportivo Carlos Alberto Campos, na região do Estreito/Florianópolis, como parte do projeto social *Ginga Desterro*.

Como capoeirista, acessei às rodas frequentadas pelos “bambas” da capoeira da Ilha. As rodas organizadas no Mercado Público de Florianópolis, no Básico (Centro de Comunicação e Expressão da UFSC) e no Balneário do Estreito eram/são o *locus* de sociabilidade e de respeitabilidade para todo praticante de capoeira. Foi nessas rodas e nas conversas que prosseguiam, até tarde da noite, que fui introduzido ao universo da capoeira, bem como à sua filosofia e ao seu estilo de vida.

Da capoeira aos encontros do movimento negro, a distância foi curta. Inserido no meio social e político negro pelo Mestre Jimmy Wall, passei então a frequentar os encontros e os cursos de formação organizados pelo Núcleo de Estudos Negros – NEN, em Florianópolis, e pelas atividades desenvolvidas pelo Centro Ecumênico de Cultura Negra – CECUNE, em Porto Alegre – RS, para onde viajamos com frequência.

Essa experiência junto ao movimento social negro, anterior ao ingresso no curso de graduação em História/UFSC, ampliou meu entendimento do papel da universidade enquanto *locus* de reflexão, produção e difusão do conhecimento, seja por meio da pesquisa, do ensino ou da extensão. O provérbio africano “Até que os leões tenham suas histórias, os contos de caça glorificarão sempre o caçador” passou a fazer sentido diante da ausência da disciplina de

História da África na grade curricular do curso. Fato que motivou a uma campanha em prol da implementação da referida disciplina no curso de graduação em História¹. A consolidação do movimento ocorrera em 2005, com a organização do curso de extensão “Introdução à História Africana”, que contou com a presença do professor Dr. Henrique Cunha Júnior², promovido pelo Núcleo de Estudos Interétnicos - NUER, em parceria com o Núcleo de Gênero e Raça/APUFSC.

Neste ínterim, organizávamos também as primeiras discussões, palestras e cursos de formação para a implementação da política de cotas para negros na UFSC. Em 2002, houve o primeiro censo étnico racial da instituição, sob a direção do professor Dr. Marcelo Henrique Romano Tragtenberg, então coordenador do Núcleo de Gênero e Raça da APUFSC. As ações do grupo desdobraram-se na efetivação da política de cotas para alunos oriundos de escolas públicas e autodeclarados negros, posteriormente foram incluídos os grupos indígenas no sistema. E, concomitantemente, houve a implementação da disciplina de História da África na grade curricular obrigatória do curso de História/UFSC. Ações que tiveram publicidade na mídia impressa e pela publicação da Revista Umbutu (2005).

No decorrer do ano de 1999, a trajetória de Ildfonso Juvenal da Silva não constava na pauta política, tampouco era alvo de pesquisa acadêmica a presença dos indivíduos e dos coletivos negros no período do pós-abolição, sendo escassos os trabalhos nesse campo. Figuravam no meio social da capital do estado, mesmo entre os grupos de combate ao racismo, apenas dois nomes como sendo os “expoentes” e as “exceções” da intelectualidade negra em Santa Catarina, a saber: o poeta simbolista João da Cruz e Sousa e a deputada e educadora Antonieta de Barros.

No entanto, não vivíamos um ambiente de “terra arrasada”. Pelo contrário, a década de 90 foi de intensa articulação e mobilização entre os atores da luta antirracista no Brasil. A mobilização em Santa Catarina envolvia grupos da sociedade civil como a UBRAC, Grupo de Mulheres Antonieta de Barros, Núcleo de Estudos Negros - NEN, UNEGRO, UNIAFRO, Clube Novo Horizonte, Grupo de Capoeira Ajagunã de Palmares, Movimento Unificado Negro – MNU (Florianópolis), Instituto Liberdade (São José), Entidade Negra Bastiana – ENEB, Clube Recreativo União Operária e Anarquistas Contra o Racismo – ACR (Criciúma), Centro

¹ Ofício da Comissão Pró-implementação de História da África. Florianópolis, 26 de agosto de 2002. Acervo pessoal: Fábio Garcia.

² Henrique Cunha Júnior é Doutor pelo Instituto Politécnico de Lorraine - Nancy - França (1983). Mestre em História (DEA) Faculdade de Letras de Nancy - França (1981). Pós-doutoramento em Engenharia - Universidade Técnica de Berlin - Bolsista DAAD - do governo Alemão (1985). Militante do movimento negro, palestrante e orientador de da temática afrobrasileira e africana no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC.

Cívico Cruz e Sousa (Lages), Kênia Clube e Movimento Negro Maria Laura (Joinville), Associação Cultural Anastácia da Raça Negra Ação Popular do Alto Vale do Itajaí – ACARNAP (Rio do Sul), Núcleo Afro de Itajaí e Sociedade Cultural e Beneficente Sebastião Lucas (Itajaí), Sociedade Recreativa 1º de Maio, Clube Cruz e Souza e Movimento Cultural de Conscientização Negra Tubaronense - MOCNETU (Tubarão), Centro Cultural João Rosa Júnior (Palhoça), Sociedade Recreativa Clube 13 de Maio (Tijucas) e Entidade Vó Negra Idalina (Ituporanga).

Na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC – as ações eram promovidas pelo Núcleo de Estudos Interétnicos – NUER, coordenado pela antropóloga Ilka Boaventura Leite, que se dedicava ao estudo, ao mapeamento e ao acompanhamento da titulação das comunidades negras quilombolas, além de organizar publicações, cursos de formação e palestras sobre a temática³.

A pauta política na década de 90 envolvia os atores e as instituições contra o racismo estrutural em ações voltadas a implementações de políticas públicas para a comunidade negra na educação, na geração de trabalho e renda, cotas raciais em concursos públicos e nas vagas das universidades públicas, saúde e, sobretudo, o fim da violência policial de cunho racista, na esfera federal, estadual e municipal.

Em linhas gerais, podemos afirmar que este era o contexto antropológico dos indivíduos inseridos na luta antirracista. Um período marcado por intensas vivências, viagens, encontros, troca de conhecimento, formação de novos quadros, de muito embate teórico, lutas e resistências. Inserido no movimento negro a partir da prática da Capoeira Angola desde 1995, meu olhar estava atento aos fenômenos que estruturam as desigualdades raciais na sociedade.

Sabedor do fato de que as pessoas brancas procuram se afastar de homens e mulheres negras dentro dos veículos do transporte público como expressão do preconceito racial, busquei fortuitamente fazer o contrário. Ao adentrar num desses coletivos da rede intermunicipal da Grande Florianópolis, por volta de 1999, avistei Décio Davi da Rosa⁴, mesmo sem conhecê-lo previamente, sentei-me ao seu lado. Atitude que causou certo estranhamento para Décio Davi, conforme o relato a seguir:

³ Entre as publicações do NUER, destacam-se os “Textos e Debates”, cadernos destinados a estimular a produção e o intercâmbio entre pesquisadores, núcleos de estudos e instituições afins. Esses cadernos eram distribuídos aos participantes dos cursos de formação promovido pelo Núcleo, na década de 1990.

⁴ Décio Davi da Rosa, artista plástico, é neto do maestro-poeta João Rosa Júnior.

Vindo eu não lembro de onde, mas era um bairro vizinho aqui de Florianópolis. Estava eu dentro de um coletivo e um jovem senta ao meu lado. E eu percebi aquilo tudo e achando tudo estranho, afinal de contas no ônibus havia muitos espaços. Eu aqui sentado sozinho, aqui na frente um banco vazio, ali ao lado outro banco vazio, e esta pessoa senta justamente do meu lado. E aquilo me intrigou e eu perguntei:

- Pô meu! Tanto lugar, tanto lugar vazio e você vem sentar justamente do meu lado?

Aí ele bem sinceramente falou:

- Isso tudo eu percebi! Que o ônibus está com vários espaços vazios, mas tem um homem negro sentado ali e eu vou sentar do lado dele para ver o que acontece, para ver o que se há alguma coincidência.

- E sentou do meu lado!

- Aí quando ele falou isso eu achei muito engraçado, né! Como é que é! Sentar do meu lado para saber quem eu sou? Que negro é este? De onde vem para onde vai?

- Começamos a conversar. Ele era praticante de capoeira e recém-acadêmico no curso de história. E foi ali! Naquele momento que foi o estalo dessa pesquisa, dessa parceria e da publicação do livro do meu avô. Ali foi o estalo de tudo!⁵

Conforme Rosa, foi naquele momento que houve o convite para auxiliar na pesquisa histórica sobre o maestro-poeta João Rosa Júnior, iniciada em 1986, a qual se encontrava parada por falta de acesso às fontes documentais. Desta pesquisa inicial, intitulada *Resgate da memória biográfica: acervo poético e musical de João Rosa Júnior*, fizeram parte Décio Davi e Iracema Rosa, neto e bisneta respectivamente, em parceria com Maria Aparecida Kuerten, bacharel em Filosofia/UFSC. Este grupo reuniu no período: certidão de óbito; a partitura musical do dobrado *Dai a César o que é de César* e; algumas referências bibliográficas. No entanto, a pesquisa pouco avançou. Ainda segundo Rosa, os familiares encontravam dificuldades no acesso a documentos pertencentes a instituições públicas pelo fato de não serem pesquisadores acadêmicos, o que havia desarticulado a equipe. Decorridos vinte e um anos daquele encontro casual, viabilizou-se a publicação da obra completa do maestro-poeta João Rosa Júnior, por meio do Edital Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura/2020, promovido pela Fundação Catarinense de Cultura – FCC/SC.

Abro parênteses para explicar a relevância musical do dobrado *Dai a César o que é de César*. Composto pelo maestro João Rosa Júnior no contexto social da Guerra do Contestado (1912-1916), o aludido dobrado é uma resposta ao dobrado *Paraná Integral*, surgido no estado vizinho que reclamava para si os territórios na fronteira catarinense. De sonoridade agradável e de grande versatilidade rítmica, o dobrado caiu no gosto das bandas militares e civis ao longo dos séculos 20 e 21. Sucesso musical nas décadas de 60 e 70, era constantemente ouvido ao rádio no programa *A Hora do Despertador*, comandado por Dakir Polidoro (PEREIRA, 2009), o qual acordava os moradores da capital catarinense e de demais cidades ao som do LP organizado pela Banda de Música da Polícia do estado de Santa Catarina, regida pelo Capitão

⁵ Entrevista concedida ao autor para o lançamento do livro: *João Rosa Júnior: poeta d'alma* (GARCIA, 2021), ocorrido em 01 de maio de 2021.

Roberto Kel, em 1964. O dobrado consta do repertório permanente das Bandas de Música: Polícia Militar de Santa Catarina, Amor à Arte, União Josefense, União Tijuquense, Comercial, entre outras civis e militares do estado de Santa Catarina. No cinema, o dobrado consta do repertório musical do filme *Cruz e Sousa: o poeta do Desterro*, 86 min, dirigido por Sylvio Back⁶. Fecho parênteses!

A busca pela trajetória de João Rosa Júnior possibilitou a escrita de *Negras Pretensões* (GARCIA, 2007), monografia apresentada como requisito final do curso de História, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, no ano de 2006. Tal qual uma *serendipidade*, ou seja, “aquela situação em que descobrimos ou encontramos alguma coisa enquanto estávamos procurando outra, mas para a qual já tínhamos que estar, digamos, preparados”. (GONÇALVES, 2006, p. 9).

Em *Negras Pretensões*, apontou-se a fragilidade do discurso historiográfico tradicional comprometido em omitir e invisibilizar a produção e as trajetórias de negros e negras no pós-abolição. Por meio do *paradigma indiciário* (CHALHOUB, 1990), foi possível identificar, nos periódicos de época, o desenvolvimento de atividades literárias como o jornal Folha Rósea; a criação da Associação dos Homens de Cor e; as denúncias de preconceito e discriminação racial. A presença constante de jornalistas, intelectuais e músicos negros no cenário social e cultural dos municípios de Florianópolis e Tijucas, no ano de 1915, desnudava por completo a falta de referencial negro no início do século 20. Nomes como os de Ildefonso Juvenal da Silva, Trajano Margarida, Aguíme Conceição, Geraldino Azevedo e João Rosa Júnior restabeleceram novas possibilidades de pesquisa, entrelaçando trajetórias de vidas, bem como as estratégias de enfrentamento ao racismo e à discriminação racial. Impressionou-nos naquele momento o quanto eram constantes as referências e os textos assinados por Ildefonso Juvenal e Trajano Margarida nos periódicos da época.

Ao final de *Negras Pretensões* foi possível apontar algumas contribuições para os estudos do pós-abolição em Santa Catarina. Sobretudo, àquelas que se referem à visibilidade das ações engendradas por negros e negras, em seus respectivos períodos e campos de atuação. O diálogo acadêmico ocorreu principalmente com os estudos de Maria (1997), Silva (2008), Freitas (1996) e Leite (1996). Nestas pesquisas, observa-se a preocupação de ressignificar a atuação de homens e mulheres negras, para além dos trabalhos considerados subalternos, tão ao gosto da história positivista.

⁶ Filme disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=H7qrUpL1HXo>. O dobrado pode ser ouvido em: <https://www.youtube.com/watch?v=mErsImSRTP4>

Iniciada na graduação em História/UFSC, a pesquisa sobre os *sujeitos históricos* do pós-abolição teve continuidade desde então, tendo como foco central a identificação dos textos e das ações desenvolvidas por Ildefonso Juvenal da Silva. A pesquisa se mostrou promissora, pois a cada artigo publicado em jornais, surgiam novos nomes, indicações de sociabilidades, ajuda mútua, provocando mais dúvidas do que certezas quanto à capilaridade da participação social da população negra na cidade de Florianópolis.

O elemento motivador da análise era, e continua sendo, a sensação de que só conseguimos descortinar uma pequena fração do universo vivenciado por aqueles homens e aquelas mulheres negras do século 19 e início do 20, tal qual a consciência de alerta do navegador diante do *iceberg*. Uma busca que não se esgota no decurso de uma pesquisa acadêmica, tampouco se viabiliza de forma individual. Sem o compartilhamento de dados, fonte, métodos de pesquisa com outros pesquisadores, pouco se avançaria.

Nesta perspectiva, ao lado de Ib Silva, Coronel da Reserva da PM/SC, organizou-se o projeto: *Reedição da obra completa de Ildefonso Juvenal*, aprovado pela Lei de Incentivo à

Figura 1. Fábio Garcia e Ib Silva



Fonte: Do autor
Da esquerda para a direita, Fábio Garcia e Ib Silva.
Feira do Livro de Florianópolis, 2014.

Cultura de Florianópolis - CAIC, no decorrer do ano de 2014. Contudo, por falta de captação de recursos, a ação foi encerrada. No entanto, houve apresentação de banner durante a Feira do

Livro de Florianópolis e a publicação do panegírico biográfico sobre Ildefonso Juvenal (SILVA, 2014).

Assim, as correspondências, as fotografias, os livros, os registros de viagens e as crônicas de Ildefonso Juvenal passaram a recontar eventos, a mostrar as redes de sociabilidade entre intelectuais negros e não-negros das regiões Sul e Sudeste do Brasil. Uma parte desse material foi selecionado para compor as homenagens aos 125 anos de nascimento do intelectual, comemorado no ano de 2019. As solenidades foram compostas por três ações distintas, mas complementares entre si, a saber: seleção e reedição de noventa artigos publicados entre 1912 a 1962, sob o título de *Ildefonso Juvenal da Silva: um memorialista negro no Sul do Brasil*. (GARCIA, 2019). No ano de 2020, a obra foi selecionada entre os cinco melhores livros de crônica do Brasil pelo Prêmio Jabuti de Literatura, recebendo o selo “Livro finalista/2020”; Mostra itinerante *A presença de Ildefonso Juvenal da Silva na imprensa catarinense*, a qual passou pelas cidades de Florianópolis, Criciúma e Itajaí. Ação contou com organização do Setor de Obras Raras/Biblioteca Pública do estado, sob coordenação do bibliotecário Alzemi Machado, em parceria com a Editora Cruz e Sousa; Criação do documentário *Uma herança, um dom: aspectos da vida e obra de Ildefonso Juvenal da Silva* (25min), dirigido e gravado por Renan Ramos Rocha, da Iashar Filmes, e por Fábio Garcia, pela Editora Cruz e Sousa⁷.

Com o intuito de aprofundar ainda mais os estudos sobre Ildefonso Juvenal, iniciei o curso de mestrado oferecido pelo Departamento de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina – PPGE/UFSC, em 2019. Desde então, a pesquisa sobre o *projeto e o desejo de ser* escritor de Ildefonso Juvenal tem sido acrescida de contribuições teóricas e metodológicas por meio das disciplinas ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação e pelos seminários promovidos pelo Grupo de Estudos Biográficos Sartreanos – GEBIOS.

Em síntese, o presente trabalho tem por fito compreender o *projeto e desejo de ser* escritor desenvolvido por Ildefonso Juvenal, entre os anos de 1894 a 1910, ou seja, na fase compreendida entre a infância e a juventude. Pois, segundo Sartre: “Vivemos nossa infância como nosso futuro. Ela determina gestos e papéis dentro de uma perspectiva por vir” (SARTRE, 1972, p. 89). Ainda, segundo o mesmo autor, é pela mediação da família que o indivíduo vivencia o universal como singular. A compreensão desta dinâmica dialética entre o texto/contexto, singular/universal, permite-nos aprofundar os estudos acadêmicos, sejam eles no campo da história, sejam da Educação sobre as experiências, visões de mundo e as

⁷ Disponível em: <https://vimeo.com/396962044>

expectativas de mulheres e homens negros em suas buscas por emancipação, liberdade e cidadania, no período do pós-abolição. Temas estes tão caros à história e à cultura afro-brasileira, alvo da Lei Federal 10.639/03, cuja implementação efetiva caminha a passos lentos em todo território nacional.

No decorrer dos cinco capítulos seguintes, buscar-se-á identificar os elementos sociológicos e antropológicos que possibilitaram a Ildefonso Juvenal percorrer o caminho literário, destacando-se na fase adulta, como um dos principais articuladores culturais do estado. O segundo capítulo dedica-se à apresentação dos elementos históricos que circundam a trajetória de Ildefonso Juvenal, justificando a escolha dessa biografia e sua importância para o período estudado. As fontes utilizadas são também descritas, e em seu conjunto, buscando apresentar ao leitor o percurso investigativo, desde a preparação à seleção da documentação encontrada em instituições públicas, como também nos arquivos dos familiares de Ildefonso Juvenal. Tem-se, ainda, a revisão e a apresentação do referencial teórico-metodológico, com ênfase para a filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre e, das contribuições da micro-história na utilização de biografias enquanto narrativa histórica.

No terceiro capítulo, serão descritos os laços estabelecidos pelos pais de Ildefonso Juvenal, sobretudo, os mediados por Henriqueta de Castro e Silva, sua mãe. De posse de importante acervo documental – o caderno de memória de Henriqueta –, foi possível restabelecer vínculos sociais, redes de apoio, bem como o projeto de futuro desejado para seus filhos.

O quarto capítulo dedica-se a percorrer a trilha deixada por Ildefonso Juvenal da Escola de Aprendizes Marinheiros de Florianópolis, período que caracteriza a transição entre a infância e a vida adulta do pesquisado. Nela, aprimorou seus estudos, destacou-se entre seus colegas de turma e vivenciou suas primeiras experiências como professor-ajudante na alfabetização daqueles que não sabiam ler e escrever.

Por último, porém não menos importante, têm-se as considerações finais deste estudo, nas quais se apresentam os resultados e as perspectivas de pesquisas futuras. Em anexo, apresentar-se-á a ficha de pesquisa, utilizada nas pesquisas nos jornais dispostos na Biblioteca Pública do estado e a cronologia de vida e obra de Ildefonso Juvenal.

2 SUJEITO HISTÓRICO, FONTES, METODOLOGIA, RECORTE TEMPORAL E TEORIA

*Um notável escritor já dissera que
'recuar é assassinar a si próprio', e o homem que
assassina a si próprio não faz mais do que
demonstrar a sua fraqueza, falta de coragem
para enfrentar na vida os embates da sorte.
Eu nunca serei um covarde...
(SILVA, 1916).*

2.1 O SUJEITO HISTÓRICO

Florianópolis, sábado, sete de abril de 1923. Uma fraca brisa mantinha espelhadas as águas da Ilha de Santa Catarina. Entardecia. O relógio da empresa inglesa de comunicação Western Telegraph, conhecida como “cabo submarino”, aproximava-se das 17 horas, quando rompia pelo ar a melodia do dobrado *Dai a César o que é de César* executado pelo corpo da Força Pública. Homens trajando chapéus, luvas, bengalas, botinas, colarinhos e punhos postiços acompanhados de senhoritas perfumadas se misturavam a estivadores, jornalistas, poetas, políticos nas imediações da Praça Benjamin Constant, localizada no Bairro Mato Grosso. A monotonia daquele sábado era quebrada pela inauguração do busto ao poeta catarinense João da Cruz e Sousa, falecido em Sítio, estado de Minas Gerais, em 1896.

O evento organizado por consórcios do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, exclusivo à população negra, reforçava o prestígio social de Ildefonso Juvenal da Silva, orador oficial e presidente da comissão organizadora. A campanha em prol da elevação do busto teve início em 1920, juntamente com a criação do referido centro cívico. Ao longo de três anos de arrecadação financeira, mobilizaram-se indivíduos e instituições em torno do projeto. Coube a José Boiteux, político e amigo do autor de *Broquéis*, a presidência de Honra da Comissão, sua influência política credenciava as subscrições publicadas em anúncios nos jornais catarinenses. Coube ao também ex-companheiro de Cruz e Sousa, Oscar Rosas, Deputado Estadual, o projeto de lei requerendo subvenção social no valor de 5:000\$000 (Cinco mil contos de réis) aos cofres públicos, valor autorizado pelo então governador Hercílio Luz.

A inauguração do busto a Cruz e Sousa representava muito mais que apenas uma homenagem póstuma ao festejado poeta pelos seus pares e amigos. Para a geração de negros do pós-abolição, estava diante de si a tarefa e o desafio de construir novos marcos históricos, formas de sociabilidade, bem como apontar para outras possibilidades de participação cidadã,

dentro de uma perspectiva urbana e burguesa. Segundo Gomes, “para a população negra não era apenas uma aposta num futuro melhor, mas o desejo de bancar o próprio jogo” (GOMES, 2005. p. 12).

Quem é esse homem negro que mobiliza diversos setores da sociedade em prol da memória do poeta Cruz e Sousa? Autor de livros e de artigos em jornais? Ele não é o *homem invisível* descrito por Ralph Ellison (2020). Ele se anuncia, reconhece-se e é reconhecido na cidade. Assim, embarcamos nessa empreitada (auto)biográfica, partindo do elemento básico desta pesquisa – Ildefonso Juvenal da Silva -, não o intelectual, farmacêutico, escritor, ou qualquer outra definição dada a *priori*, mas antes, o sujeito histórico, homem negro, nascido apenas seis anos após o fim da escravidão, filho de pais escravizados, morador de uma Ilha ao Sul do Brasil Meridional, capital do estado de Santa Catarina. Será em torno dessa trajetória de vida que iremos aglutinar as fontes, a metodologia e a teoria de pesquisa.

Em linhas gerais, estamos diante de um autor de dezessete livros publicados em vida. Dono de números que figuram fora da curva estatística, supera de longe os mais proeminentes escritores do seu tempo como: Othon Gama D’Eça, oito títulos; Altino Flores, seis títulos; Lucas Boiteux, seis títulos; todos escritores brancos. Suas crônicas, publicadas em periódicos da época, somam aproximadamente trezentos e setenta títulos.

Figura 2. Sarg. Ildefonso Juvenal



Fonte: Do autor
Imagem de Ildefonso Juvenal vestindo a farda de Sargento Ajudante, em 1919.

Figura 3. Farmacêutico Ildefonso Juvenal



Fonte: Do autor
Imagem de Ildefonso Juvenal vestindo a toga de formatura no curso de Farmácia, 1924.

Para usar uma expressão da época, Ildefonso Juvenal foi “um homem de sete instrumentos”. Na literatura, escreveu em prosa, versos e contos. Contribuiu também para a arte dramática, compondo em duas oportunidades suas peças teatrais e musicais. No jornalismo, exerceu desde a função de tipógrafo, paginador, redator e proprietário de jornal. Como farmacêutico, atuou diretamente na criação e no desenvolvimento do setor da Farmácia na Polícia Militar - PMSC, antiga Força Pública, sem deixar de atender pessoas próximas à sua residência com remédios por ele manipulados. Desempenhou também atividades na área da Educação, sobretudo como alfabetizador e professor de história do Brasil e história geral. Como articulador político, viajou por todas as regiões do estado catarinense, visando integrar economias, desenvolver o setor cultural e educacional. Foi um crítico do preconceito e do racismo vigente em sua época, não se abstendo de colocar no debate público o seu modo de pensar. Participou ainda de grupos sociais, literários, de classe e de instituições de pesquisa.

Em que pese a sua contribuição social, a memória e o conhecimento do trabalho de Ildefonso Juvenal ficaram por muito tempo relegados aos arquivos empoeirados das bibliotecas, tal era o estado de conservação dessas obras. Contudo, como veremos adiante, nos últimos anos, a trajetória de Ildefonso Juvenal da Silva tem atraído o interesse de pesquisadores de diversos ramos do conhecimento. Parte dessa atração deve-se aos esforços empreendidos em reavivar a sua memória por meio de constantes palestras, seminários, atos políticos e pela divulgação de trabalhos acadêmicos.

Se considerarmos a afirmativa de que estamos diante de um *sujeito histórico* cuja biografia tem sido alvo de pesquisas, republicações e documentários, conforme relatado anteriormente, questiona-se: o que resta pesquisar sobre a vida e a obra de Ildefonso Juvenal da Silva? Podemos afirmar, sem rodeios, que falta muito! Tanto do ponto de vista da verticalização dos laços familiares, quanto da compreensão de sua obra sob à luz teórico-metodológica de cada área do conhecimento ou a partir dos estudos interdisciplinares. De qual Ildefonso Juvenal se propõem a falar seus pesquisadores? Do historiador, do poeta, do prosador, do articulista político, do educador/alfabetizador, do militante negro, do teatrólogo, do militar, do farmacêutico, do jornalista e tipógrafo ou do marido, pai e avô?

Obviamente não temos a pretensão de esgotar o assunto na presente pesquisa de mestrado. Mobilizamo-nos para compreender o período da infância do aludido escritor entre os anos de 1894 a 1910. Mas, advertimos, a infância não é o foco central do presente trabalho. A espinha dorsal da pesquisa baseia-se *no projeto e desejo de ser* escritor de Ildefonso Juvenal, com recorte no período da infância. Tendo como base a leitura atenta dos textos

(auto)biográficos, entrevistas, revisão bibliográfica e pela análise dos documentos pessoais como cartas, fotografias e demais fontes de posse de sua família.

Em paralelo ao objetivo principal, propomos compreender as mediações sociológicas estabelecidas pelos pais de Ildefonso Juvenal enquanto ato político frente à luta por cidadania, dignidade e de enfrentamento ao racismo. Esta posição encontra seu fundamento na abordagem afrocentrada que se caracteriza ao “se projetar como modelo de agência intercultural em que existe o pluralismo sem hierarquia e concede-se livremente o respeito às origens, realizações e potenciais” (LARKIN, 2003, p. 96).

2.2 AS FONTES

Pelas lembranças de Fernando Juvenal da Silva, neto de Ildefonso, podemos reconstruir uma representação de como era o gabinete do seu avô. “Era comum vê-lo sentado junto à escrivaninha, mão à testa, escrevendo com sua caneta *packer* dourada em forma de pena”. Na estante, livros de autores nacionais e estrangeiros. Havia também uma grande quantidade de manuscritos, fotografias, anotações de viagens, correspondências trocadas com instituições e intelectuais do Sul e Sudeste⁸.

A morte repentina de Ildefonso Juvenal, ocorrida em 1965, após tomar uma injeção de anti-inflamatório, causou uma cena trágica do ponto de vista da preservação do seu patrimônio literário. Na sua ausência, o espólio literário deixado por Ildefonso Juvenal foi colocado num rancho de madeira nos fundos da casa de um dos seus filhos. Discussões internas entre quem seria o herdeiro do material acabaram por gerar uma reação intempestiva num dos netos, que, para terminar com as constantes brigas ateou fogo ao material reunido. Pouco se salvou das chamas! Por razões não premeditadas, restou para a posteridade os registros publicados em periódicos, livros e demais documentos sob guarda da Biblioteca Pública – BPSC, Biblioteca Universitária da UFSC - BU, Arquivo Público do estado, Arquivo da Polícia Militar e, pouca coisa no acervo de família.

Contudo, inexistiam, nestas instituições públicas, catálogos temáticos, indexadores, tabelas onomásticas e/ou *softwares* que possibilitassem a busca e a recuperação de termos com identificação de caracteres, como os atuais leitores de OCR disponíveis na hemeroteca digital da BPSC ou na hemeroteca da Biblioteca Nacional. Circunstância esta que exigia a criação de um método próprio de registro físico e digital do material analisado. Conforme mencionado,

⁸ Entrevista concedida para o documentário “Uma herança um dom! Aspectos da vida e obra de Ildefonso Juvenal da Silva”, realizada em 20 de fevereiro de 2021.

Ildefonso Juvenal teve ativa participação em variados jornais, de forma concomitante, ao longo de mais de cinquenta anos. Identificar seus textos exigiu método, disciplina e organização dos dados coletados. Para tanto, criou-se uma ficha de registro e acompanhamento da pesquisa, contendo as seguintes referências: título do jornal, ano e quatro círculos vazados para identificar os documentos analisados, conforme se observa no Apêndice A.

Soma-se a este acervo documental os que estavam sob a guarda de Dione Martins, neta, a qual armazenava, em duas malas de couro, fotografias, registros manuscritos e documentos pessoais de Ildefonso Juvenal, conforme se observa na imagem a seguir. Postos sobre a mesa, os documentos alusivos a Ildefonso Juvenal foram separados dos demais. Após a seleção, a neta consentiu em emprestar o material reunido para que fosse escaneado e fotocopiado. Igualmente aos artigos de jornais, os materiais foram salvos em HD específico e foram renomeados conforme a característica encontrada. A entrega da documentação ocorreu após a higienização e o agrupamento documental por área temática (ex.: fotografias, correspondências, documentos pessoais), os quais foram colocados em pastas de papel *kraft*, e, posteriormente, reunidos em uma única pasta plástica de 1,20x80cm, para que fossem conservados, possibilitando assim a pesquisa futura por outros estudiosos.

Figura 4. Dione Martins e Fábio Garcia



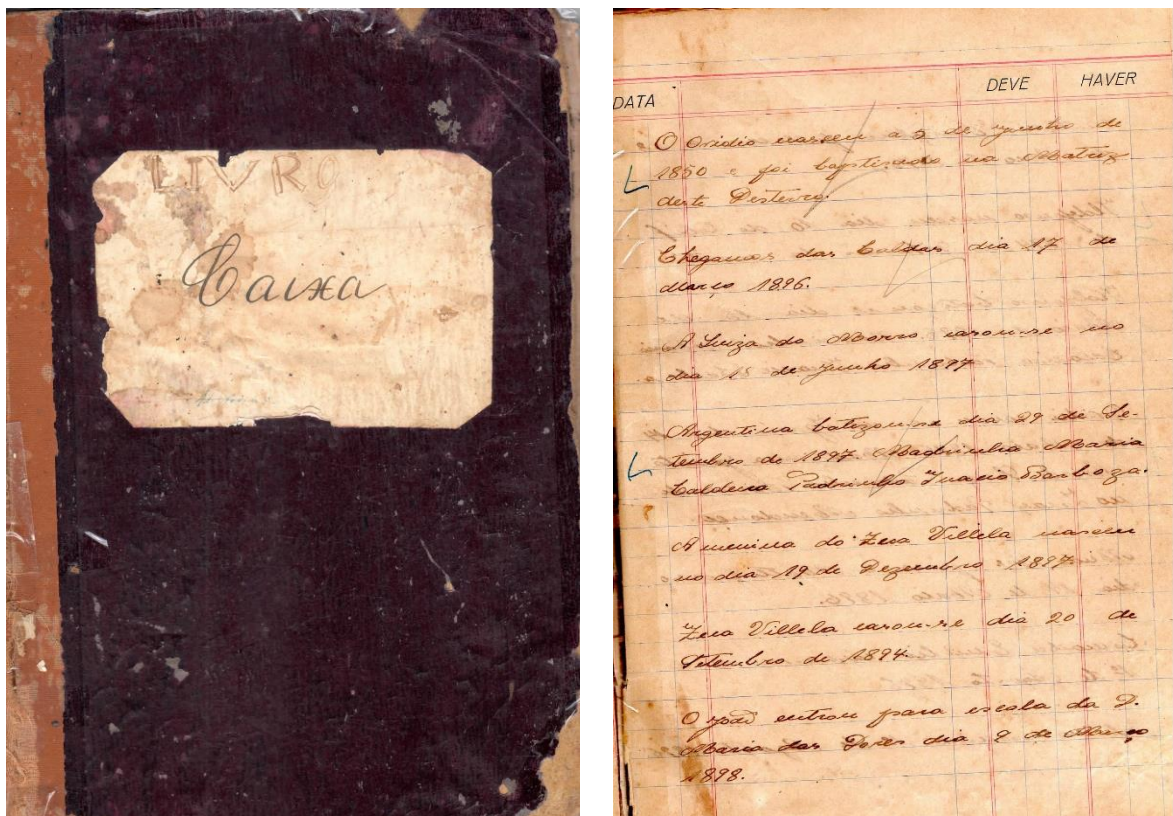
Fonte: Do autor

Entre os anos de 2002 a 2021, foram pesquisados na BPSC mais de 250 títulos, superando a marca de 100 mil páginas lidas nos jornais e revistas editados entre 1880 a 1970, em diferentes cidades do estado catarinense (vide Apêndice B). Deste universo analisado, foram selecionados 43 títulos, aproximadamente, os quais continham artigos e notas alusivas a Ildefonso Juvenal. Após esta garimpagem, foi possível montar uma lista contendo 370 artigos publicados por Ildefonso Juvenal, entre os anos de 1912 a 1964.

Uma vez armazenado em HD específico, os artigos foram numerados em ordem crescente, identificando-se o título do texto, o jornal, a data e o tema abordado. Parte desses artigos foram alvo de republicação em 2019, compondo assim, as solenidades dos 125 anos de nascimento do escritor, conforme descrito anteriormente.

Nesse ínterim, manteve-se comunicação permanente com os membros da família de Ildefonso Juvenal, localizados nas cidades de Florianópolis e Blumenau. Durante essas visitas, foi-nos apresentado um caderno de memória sob a guarda de Nívia Regina da Silva, sobrinhaneta de Ildefonso Juvenal. Até aquele momento, a família acreditava que a autoria do caderno era de Raul Tito da Silva (1889 - 1965), irmão de Ildefonso Juvenal.

Figura 5. Caderno de memória de Henriqueta de Castro e Silva



Fonte: Arquivo de família

Nele foram registradas datas de nascimento, batismos e casamentos, bem como notas de mudança de endereço de Henriqueta e Ovídio, pais de Ildefonso Juvenal, entre outras notas compreendidas entre os anos de 1850 a 1930. Ao analisarmos atentamente o material, observamos, por comparação, que, de fato, a escrita do mesmo fora feita por Raul Tito, porém o conteúdo dividia-se em duas partes; sendo a primeira uma reprodução de notas registradas por sua mãe, Henriqueta de Castro e, a segunda, esta sim narrada por Raul Tito, contendo fatos e datas alusivas a si e aos seus descendentes. Diante do conteúdo disponível, o material foi incorporado ao acervo documental enquanto fonte histórica, consistindo em importante recurso na compreensão das relações antropológicas e sociológicas dos pais de Ildefonso Juvenal, bem como na estrutura narrativa da presente dissertação.

2.3 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

A escolha do referencial teórico-metodológico continua a ser aquele que nos permite um diálogo com autores cuja postura seja de enfrentamento aos silêncios institucionais, contrários às omissões deliberadas frente à história dos grupos sociais não-hegemônicos, como os negros, as mulheres, os indígenas e os pobres. Parafraseando Clovis Moura (1990, p. 12):

O negro, no particular, é o grande desconhecido. Durante todo o percurso de nossa história, a sua contribuição tem sido negada direta ou veladamente e apenas destacadas as suas qualidades como escravo, produtor de uma riqueza de que não participava. Os historiadores que se debruçaram sobre a nossa realidade jamais, ou muito raramente, viram o negro como força dinâmica na nossa formação política, social, cultural ou psicológica. Todos os antigos preconceitos bíblicos, cientificistas ou racistas foram unidos, compactados e aplicados na análise do comportamento da população negra.

Buscar-se-á, nesta pesquisa, compreender os fenômenos a partir do relato dos *sujeitos históricos* em questão, buscando a superação de generalizações e de conceitos preestabelecidos de antemão. Como bem sintetizou o historiador Marc Ferro *apud* Wesseling (1998, p. 14): “Os princípios básicos da nossa profissão consistem em evitar os grandes conceitos abstratos e buscar as realidades concretas por trás deles: os seres humanos”.

Sendo assim, a análise do material de pesquisa coletado aproxima-nos da construção epistemológica proposta por Josso, Marinas e Abrahão (2018) a partir das experiências no *círculo narrativo*, mesmo se tratando de uma pesquisa (auto)biográfica acabada - Ildefonso Juvenal da Silva (1894-1910) -, os parâmetros teórico-metodológicos propostos pelas autoras

como a *escuta sensível*, a concepção tridimensional da narrativa, a história problema, a representação histórica e a noção de memória desenvolvida por Ricoeur (2008) trazem importantes contribuições para o desenvolvimento do presente estudo.

Ainda sobre a pesquisa autobiográfica, complementa Moura *apud* Abrahão (2003, p.81) ao considerar:

A pesquisa autobiográfica como metodologia com potencialidades de diálogo entre o individual e o sociocultural, pois põe em evidência o modo como cada pessoa mobiliza seus conhecimentos, os seus valores, as suas energias, para ir dando forma à sua identidade, num diálogo com os seus contextos.

Narrativa histórica aqui compreendida enquanto parte das lutas sociais em busca da *justa memória* (Ricoeur, 2008), a qual implica na ideia imperativa de um “dever de memória” e de uma “dívida” em relação às vítimas da história, sem deixar de renegar à história sua autonomia e sua “função corretiva de verdade” (SILVA, 2002, p. 436). A rememoração de biografias de homens e mulheres negras do pós-abolição visa romper com os silêncios institucionais e/ou ampliar os sujeitos da pesquisa, em detrimento de uma tradição de escrita da história baseada somente na trajetória dos grupos legitimados como sendo os formadores da sociedade, dos heróis e vencedores.

A metodologia escolhida transversaliza com a teoria existencialista de Jean-Paul Sartre, sobretudo na sua contribuição aos estudos biográficos expresso na obra *Questão de método*. Trata-se de uma perspectiva sociológica que compreende o sujeito em suas relações sociais e antropológicas, concebendo o fenômeno singular-universal como processo dialético. Nele, o estudo biográfico apresenta-se numa perspectiva interdisciplinar, o que nos permite melhor compreender o contexto vivido, as estratégias, as sociabilidades e o campo de possíveis para os sujeitos do pós-abolição no Brasil Meridional.

O *projeto-de-ser* consiste no movimento efetivo do sujeito no mundo, o sujeito real e concreto com suas ações reais e concretas, bem como a atividade do sujeito. É ainda “o processo de transcender o que está dado, indo em direção ao futuro.” (SCHNEIDER, 2008, p. 293). O *projeto-de-ser* se dá na carência, ou seja, a escassez, a falta de, faz com que o sujeito se movimente em busca do seu *desejo de ser*. É gestado desde a infância, quando a personalidade se constrói. Já o *desejo de ser* é aquilo que provoca o movimento, o objeto que o sujeito busca, aquilo que o mobiliza. *Projeto e desejo de ser* caminham juntos, onde o *desejo de ser* é o vetor do movimento do sujeito.

Partindo-se do pressuposto de um sujeito histórico em permanente movimento no seu *projeto-de-ser*, temos de considerar suas relações como papel importante na construção da personalidade. O sujeito está em constante relação dialética com as camadas pertencentes ao seu círculo social. Relação dialética com passado e com o futuro, sendo o futuro que puxa o sujeito e provoca seu movimento. A partir do estudo biográfico, é possível compreender o homem e a mulher situado numa época ao mesmo tempo em que se coloca como realizador da história por meio da *práxis* (SCHNEIDER, 2008).

“Um notável escritor já dissera que ‘recuar é assassinar a si próprio’, e o homem que assassina a si próprio não faz mais do que demonstrar a sua fraqueza, falta de coragem para enfrentar na vida os embates da sorte. Eu nunca serei um covarde” (SILVA, 1916, p. 1). A epígrafe aqui utilizada nos aproxima da filosofia existencialista de Sartre. Parafraseando Pinto (PINTO et al., 2021, p. 77):

A esperança é uma construção tanto quanto a liberdade é nossa natureza – angustiante, sem dúvida, mas pela qual podemos sempre ampliar este campo de possíveis, frear o trem descontrolado da história e, talvez, mudar de rota. Abrir mão desta responsabilidade ainda assim é uma escolha, que muitas vezes é demarcada pelos mecanismos que nos permitem viver de forma menos desconfortável, tendo a má-fé como uma ferramenta eficaz para justificar os atos de desimplicação com os outros e com a própria vida e não tê-los que encarar como escolhas covardes, entre outros.

Se, como afirmam os autores, “a esperança encontra seu lugar no enfrentamento no mundo como ele é”, a partir da trajetória de Ildefonso Juvenal da Silva, pode-se analisar as estratégias assumidas frente às adversidades de sua época.

2.4 TEMPORALIDADE

O recorte temporal desta pesquisa – 1894 a 1910 - abarca o período do pós-abolição, ancorando-se no conceito desenvolvido por Hebe Mattos (2005). Em *Memórias do cativo*, a autora busca desconstruir o paradigma da *herança da escravidão*. Como se “as relações raciais e a situação do negro - econômica, política, educacional e psicológica -, no pós-escravidão foram fruto, mais ou menos direto, da herança da escravidão” (MATTOS, 2005, p. 20). Ou seja, o deslocamento para o passado das estruturas de manutenção e da reprodução das desigualdades raciais no Brasil. O paradigma da *herança da escravidão* visa, assim, retirar a responsabilidade política dos agentes públicos e das instituições do estado na formulação de políticas públicas de combate à desigualdade e ao racismo.

Caracteriza-se assim, o estudo, dentro da perspectiva da micro-história, o qual, segundo Jacques Revel *apud* Silva, possibilita (2018, pp. 36-36):

Acompanhar o fio de um destino particular de um homem, de um grupo de homens e, com ele a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve, e mais, permite a construção de identidades sociais plurais e plásticas que se opera por meio de uma rede cerrada de relações (de concorrência, de solidariedade, de alianças, etc.).

Diante do arcabouço teórico-metodológico apresentado, partimos para a tarefa de analisar como os estudos historiográficos e literários abordaram a presença do negro em Santa Catarina.

3 AS INJUSTIÇAS DE CLIO: O NEGRO NA HISTORIOGRAFIA CATARINENSE

As injustiças de Clio, título análogo à obra de Clóvis Moura (1990), apresenta de forma panorâmica como os historiadores considerados clássicos representaram o negro na historiografia catarinense, ao longo do último quarto do século XX. Este capítulo tem como propósito demarcar os caminhos percorridos pela historiografia catarinense de forma sintética, bem como suas contradições e superações.

Diante da frase de Marc Ferro (1989, p. 46): “As batalhas em torno da narrativa histórica vêm sendo travadas há certo tempo”, somos levados a indagar se não houve disputas narrativas quanto à contribuição da população negra em Santa Catarina? Não a teria feito Ildefonso Juvenal logo após a realização do 1º Congresso de História de Santa Catarina⁹, ao dizer:

O negro em Santa Catarina, se bem que oriundo da pobreza, não tem sido apenas serviçal em fazendas de gado ou trabalhador braçal. Ele se tem evidenciado em todos os setores da atividade pública. Temos tido oficiais pretos e mulatos, nas forças armadas nacionais. O General Sezefredo Passos, um dos mais competentes soldados do nosso Exército de Guerra do Washington Luiz, descendia da raça de cor, e o Major Gualberto Cunha, era filho de um preto trabalhador da casa comercial Hoepcke. Seus dois irmãos, um é Maquinista-Chefe da Marinha Mercante e o outro, Capitão do Exército. A cultura do homem de cor se tem revelado admiravelmente em Santa Catarina, tanto no parlamento estadual como magistratura, no magistério como no funcionalismo público, nas Artes como nas Ciências, e nas mais importantes profissões liberais; habilíssimos maquinistas, mecânicos, pedreiros, marceneiros, músicos, etc., hão sido oriundos da raça outrora infeliz de Cham. (GARCIA, 2019.p. 54).

Decerto sim! Ao responder publicamente a Lourival Câmara¹⁰, autor de estudo no qual minimizou a contribuição negra na história catarinense. Porém, sua voz pouco ecoou entre seus pares do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina – IHGSC, ao longo da década de 1950. Ao que tudo indica, os historiadores do IHGSC diante do processo de consolidação da história oficial catarinense não se interessaram em aprofundar os argumentos propostos por Ildefonso Juvenal.

Após a sua morte, o negro enquanto tema, objetivado na história, volta a ganhar destaque nos trabalhos de Walter Piazza (1975) e Oswaldo Rodrigues Cabral (1979), ambos membros do IHGSC. Nestes trabalhos, a tônica predominante é a do negro coadjuvante da

⁹ O 1º Congresso de História de Santa Catarina pretendeu estabelecer as diretrizes da história de Santa Catarina, assim como os conteúdos dessa narrativa.

¹⁰ Lourival Câmara era diretor do Serviço do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/SC e membro do IHGSC.

história, limitado em sua condição escrava, numa posição de passividade diante do sistema e das relações pessoais de opressão, possibilitando a Cabral afirmar que, pelo reduzido número de escravos existentes em Santa Catarina, houve um abrandamento das relações senhor/escravo.

Mesmo em trabalhos voltados à compreensão das relações raciais, das desigualdades econômicas e do racismo vigente na sociedade, como no estudo dos sociólogos Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, afirmou-se que “em Florianópolis não houve, pois, condições para que se desenvolvesse nenhum movimento que pretendesse reagir contra a discriminação racial, e que pudesse, dessa forma, interferir criticamente nas autoavaliações dos negros” (CARDOSO, 2000, p. 188). Sem dúvida, a conclusão averbada pelos pesquisadores, longe de ser uma fala individual, tornou-se um paradigma teórico e metodológico dos estudos posteriores.

As ideias de abrandamento senhorial, inexistência de movimentos contrários à discriminação racial, aliadas à crença de que após a escravidão a população negra esteve totalmente alijada dos espaços de educação formal, compõem um conjunto de sofismas, argumentos que, por muito tempo, inibiram aprofundamentos sobre o processo de emancipação e pós-abolição. Para Leite (1996, p. 19), “esses mitos beiram a ingenuidade, o simplismo, mas muitas vezes por trás deles se esconde uma justificativa para o esquecimento, para a aceitação da desigualdade, ou para a afirmação da suposta democracia racial”.

Somos signatários do pensamento de Maria (1997, p. 22), quando esta diz: “Os povos de descendência negra africana fazem parte dos grupos sociais cujas vozes foram silenciadas pela história oficial, e cuja memória permanece na invisibilidade”.

Para Ferro (1989, p. 24), a história institucional, sendo ela a portadora da história oficial, “é o reflexo de relações de poderes, reproduz a sua história, é a consciência do poder”. Contudo, a trajetória de *homens de letras* como Ildefonso Juvenal escapa por entre os dedos do sensor audaz. Se, houve por certo, dificuldade em encontrar seus textos, dispersos por entre os periódicos do século XX, por outro, esta dispersão lhe garantiu a sobrevivência ante aos processos de silenciamento desses escritos.

Ampliando um pouco mais nossa lente de análise, devemos considerar o estudo (auto)biográfico sobre Ildefonso Juvenal ao de outros sujeitos negros em Santa Catarina. Não podendo olvidar das trajetórias de Abdon Batista, Cruz e Souza, Manoel Ferreira de Miranda, Antonieta de Barros, Leonor de Barros, Trajano Margarida, João Rosa Júnior, entre tantos outros. Diante das evidências, podemos levantar a hipótese que houve, no período do pós-abolição, um grupo intelectual formado por negros em Santa Catarina e no Brasil.

Em *Negros e política*, de Flávio Gomes (2005), percebemos as estratégias utilizadas por grupos negros, no sentido de se inserir socialmente e de projetar a sociedade vivida. Tendo isso em vista, não surpreende encontrar tantos jornais voltados à “causa negra”, seja no apagar das luzes do século 19, seja no amanhecer do século 20. Isso sem citar as entidades recreativas, os centros cívicos, as irmandades, as associações literárias e políticas que brotavam nos mais recônditos municípios brasileiros. Podemos citar, ainda, a trajetória dos educadores negros.

Jerry Dávila, em *Diploma de brancura*, busca compreender o progressivo desaparecimento das educadoras negras nas fotografias de formatura após a década de 1930. Segundo o autor, foi em reflexo da adoção de novas leis e da exigência de enxoval que as mulheres negras deixam de exercer o magistério.

Houve, ainda, os casos de políticos negros, como no exemplo apresentado por Oracy Nogueira, do médico Alfredo Casemiro da Rocha, eleito prefeito, deputado e senador representando o município de Cunha, interior de São Paulo. Formado pela Universidade de Medicina da Bahia, sua trajetória se assemelha à de Abdon Batista, eleito deputado e vice-governador de Santa Catarina, com forte atuação no município de Joinville. Estes exemplos longe de serem casos isolados evidenciam vivências, expectativas, trajetórias individuais e coletivas da população negra dentro de um contexto urbano e republicano. Para Tannenbau, apud Mattos (2005, p. 29): “o papel do direito e da cidadania são questões centrais para a análise das relações raciais nas sociedades pós-emancipação”. Compreender a trajetória de homens e mulheres negras enquanto sujeito histórico tem sido alvo da História Social nos últimos quarenta anos, conectando-se, assim, a perspectiva da História do Tempo Presente.

3.1 A REPRESENTAÇÃO DO NEGRO NA LITERATURA CATARINENSE: A GUERRA LITERÁRIA DOS ANOS 20

A presença dos escritores e escritoras negras catarinenses surge na literatura especializada a partir dos estudos dedicados ao processo de consolidação dos grupos literários na década de 1920, e nos embates públicos travados entre a chamada “geração da academia” e os “poetas novos”¹¹.

¹¹ Entre as principais obras que tratam do tema, citamos: SACHET, Celestino. **As transformações estético-literárias dos anos 20 em Santa Catarina**. Florianópolis: ed. UDESC/EDEME, 1974; BERTOLINO, Pedro. **Viagens com Maura**: ensaio de esboço bibliográfico em Maura de Senna Pereira. Florianópolis: ed. A.C.L., 1993; CORRÊA, Carlos Humberto Pereira. **História da cultura Catarinense**: o Estado e as ideias. Florianópolis: ed. UFSC/Diário Catarinense, 1997.

Os(as) escritores(as) negros(as), as mulheres e os poetas pobres eram denominados pelos membros da “geração da academia”¹² ora como “poetas menores”, ora como “pobres poetas classe C”¹³, para os quais a presença na recém-criada Academia de Letras de Santa Catarina, em 1923, manteve-se fechada até o início da década de 1930.

Carlos Humberto Corrêa (1997) parte justamente da rivalidade entre os poetas da “geração” e os “menores” para explicar o surgimento do Centro Catarinense de Letras – CCL, em 1925. Já Celestino Sachet (1974) visa reconstruir em parte, o contexto literário que possibilitou a criação da Academia Catarinense de Letras - ACL. Para tanto, o autor se utiliza de depoimentos orais, pesquisa em jornais e revistas, bem como revisão bibliográfica. Entretanto, Sachet apresenta como pano de fundo em sua obra “(...) os moços prometiam ir longe. Porque não o foram, ainda não está devidamente esclarecido” (SACHET, 1974, p. 7). Parece-nos ser este o ponto nevrálgico de sua obra. Por mais que reconheça certo valor artístico, não deixa de ser enfático ao constatar uma “geração brilhante, mas heterogênea; trabalhadora, mas individualista; inteligente, mas pouco dinâmica; valente, mas não a ponto de se libertar da pena, furiosa, de um Altino Flores [...] (Idem. p.7).

Todo o trabalho de levantamento de fontes, análise dos principais escritores da época, busca evidenciar os elementos de atraso, de entrave ao projeto de um movimento literário vigoroso a exemplo de São Paulo - grupo da arte moderna de 1922. As análises realizadas por Sachet são influenciadas pelo uso da narrativa testemunhal de Altino Flores, a quem, na epígrafe, descreve como um mestre.

Para Sachet (1974, p. 52), Ildefonso Juvenal “nada poderia ensinar aos moços da Sociedade Catarinense de Letras, com seus versos abarrocados, com sua poesia-querendo-ser-poema numa imitação risível do grande Luiz Vaz de Camões”. Todavia, o autor em nenhum momento realiza análise literária; sua atenção centra-se em compreender o panorama histórico da época e a reproduzir os conceitos aferidos por Altino Flores, conhecido desafeto de Ildefonso Juvenal.

Pedro Bertolino (1993), interessado em produzir um esboço bibliográfico sobre Maura de Senna Pereira, por meio do método progressivo-regressivo sartreano, diverge de seus contemporâneos quanto aos motivos da criação da ACL. Sua pesquisa é composta por depoimentos e poemas da poetisa, além de pesquisa em jornais e revistas de época. A relação

¹² O grupo era composto por Altino Flores, Othon Gama D’Eça, Barreiros Filho, Tito Carvalho e Laércio Caldeira.

¹³ Eram considerados poetas menores: Delminda Silveira, Ildefonso Juvenal, Trajano Margarida, Ogê Mannebach, Antonieta de Barros, João Rosa Júnior, Nicolau Nagib Nahas e demais membros do Centro Catarinense de Letras.

entre Maura de Senna e os artistas negros ocorre no início do ofício literário quando também esteve associada à luta pelos direitos da mulher, fatos que a distanciaram, num primeiro momento, de adentrar à ACL.

Quanto à criação da ACL, o autor aponta que esta ideia havia sido cogitada por Altino Flores e Othon D'Eça ainda em 1912. Todavia, os idealizadores da ação a abandonaram ao considerar ser insuficiente o número de poetas qualificados para a composição das quarenta cadeiras. Porém, no contexto dos anos 1920, “(...) a ideia era levada por outros intelectuais, entre eles, aqueles que escreviam no jornal *A Semana*, principalmente Amphilochio de Carvalho Gonçalves e Ildefonso Juvenal”. Continua Bertolino:

Parece mesmo que a conversão da 'Sociedade Catarinense de Letras' em 'Academia', entre outras coisas, teve a função de neutralizar possíveis iniciativas dos intelectuais de *A Semana*, no mesmo sentido, atentando para a velha estratégia: ' façamos a revolução antes que o povo a faça'.

A presença/ausência dos escritores negros na ACL também é alvo das análises de Carlos Humberto Corrêa. Talvez, por considerar efêmera a duração do CCL, julgou evasivas as ações literárias de seus organizadores ao não terem conseguido construir um movimento que avançasse no tempo.

Mesmo considerando as diferentes interpretações quanto à participação negra no movimento literário dos anos 20, elas não foram suficientes para romper com os estigmas criados na época. Os poetas negros(as), mesmo sendo considerados por alguns pesquisadores como intelectuais ficaram à margem da história principal. Suas presenças compõem capítulo à parte na história da literatura catarinense. Faltou-lhes aprofundamento na análise das relações artísticas nos anos que antecederam a criação da Academia de Letras, uma vez que passaram obrigatoriamente pelos jornais das décadas de 10 a 20, no desenvolvimento de seus trabalhos.

3.2 OS NOVOS ESTUDOS SOBRE ILDEFONSO JUVENAL

Podemos considerar que a busca de conteúdos que visem subsidiar o Ensino da História Afro-brasileira e Africana em todo território nacional, por meio de legislação específica, aliada ao constante trabalho de capacitação e de formação continuada de educadores tem despertado o desejo de conhecer sobre as histórias de homens e mulheres negras que tiveram suas trajetórias de vida omitidas ao longo do tempo. Os trabalhos acadêmicos dedicados

a analisar aspectos da vida social e profissional de Ildefonso Juvenal cumprem parte dessas inquietações.

Em Silveira (2015), monografia apresentada no curso de História/UDESC, *Orgulho-me de ser homem de cor: Ildefonso Juvenal da Silva e a luta pelo reconhecimento (início do século XX)*, teve-se como mote de pesquisa “perceber quais eram, as estratégias que Ildefonso Juvenal da Silva, homem de cor, utilizava para ser reconhecido e estabelecer relações em Florianópolis”. Utilizando-se de revisão bibliográfica, sobretudo o livro *Negras Pretensões* (GARCIA, 2007), de documentos de família e de acervo de jornais da Biblioteca Pública, procurou-se identificar as atuações literárias e políticas de Ildefonso Juvenal ao longo de sua trajetória de vida, com destaque para suas atividades de combate ao racismo e às ações desempenhadas na Força Pública. Talvez influenciado pela narrativa de Dione Martins, neta de Ildefonso Juvenal, segundo a qual o avô “tinha orgulho da farda da polícia”, o pesquisador afirma que “Ildefonso quando criança, sonhava em ser soldado”. (SILVEIRA, 2015, p. 15).

O trabalho de Eduardo de Assis Duarte, *Literatura e afrodescendência no Brasil*, publicado em quatro volumes em 2011, tem como objetivo apresentar uma ontologia da produção de mulheres e homens negros, na intersecção dos séculos XIX e XX. Produção esta, conforme o autor, “por vezes invisibilizada, omitida ou simplesmente esquecida pela crítica especializada”. No primeiro volume, dedicado aos precursores do movimento afroliterário no Brasil, são apresentadas trinta e uma trajetórias de escritores brasileiros, alguns de renome internacional, tal como José do Patrocínio, Luiz Gamas, Solano Trindade, Abdias Nascimento, Antonieta de Barros, Machado de Assis, Cruz e Sousa. Em Santa Catarina, são destacadas as atividades de João da Cruz e Sousa, Antonieta de Barros e Ildefonso Juvenal da Silva. Para abordar a vida e a obra de Juvenal, Duarte utiliza-se das informações contidas no livro *Negras Pretensões* e da análise do livro *Contos de Natal* (SILVA, 1952). Duarte acentua, na trajetória de Ildefonso Juvenal, o posicionamento político durante os debates no campo literário catarinense na década de 20. Da trajetória de Ildefonso Juvenal são evidenciados os elementos que o autorizavam e o legitimavam no cenário literário local ao organizar a Associação dos Homens de Cor, em 1915, por ter livros publicados numa época de baixa produção literária, participação na fundação de jornais e na criação do Centro Catarinense de Letras em 1925, celeiro literário que abrigou os poetas relegados pela Academia de Letras, fundada em 1923.

Ildefonso Juvenal é descrito como “jovem escritor” e “intelectual negro”. Sobre os seus primeiros anos de vida, manifesta o autor que “de sua infância e adolescência pouco se sabe”. Essa ausência de informação se deve, em parte, ao método de pesquisa adotado tanto por Duarte quanto por Silveira, pois, tendo privilegiado apenas a revisão bibliográfica existente,

deixaram de lado a pesquisa empírica nos arquivos, a qual poderia ter enriquecido suas pesquisas.

Em Ib Silva temos um panegírico descritivo sobre a vida e obra de Ildefonso Juvenal, como parte das atividades literárias da Academia de Letras dos Militares Estaduais de Santa Catarina, na qual Ildefonso Juvenal insere-se como patrono da cadeira de número 8, ocupada por Silva. Logo no início do seu trabalho, o autor constata o baixo conhecimento a respeito do seu patrono na academia. Segundo Silva (2014, pp. 79-80), “poucos de nós, de qualquer atividade, o conhecíamos e à sua obra literária, sua personalidade empreendedora e seu incomensurável desejo de legar sua cultura à posteridade”. Segue, ainda, o aludido autor (2014, p. 80), “afora um ou outro esforço de abnegados, pouca coisa há, dentre textos espalhados por diversos arquivos e sabe-se lá quantos mais existem, já que não houve cuidado em preservá-los, sequer lhe prestar satisfatória atenção”.

Utilizando-se das pesquisas iniciadas em *Negras Pretensões e Africanidades Catarinenses* (ROMÃO; GARCIA; Et. Al., 2008), somadas aos documentos de família, Silva desenvolve um panegírico da vida e da obra de Ildefonso Juvenal, reunindo, para tanto, informações sobre a genealogia familiar, o início das suas atividades profissionais, inicialmente como jornalista e, posteriormente como militar da Força Pública (atual Polícia Militar de Santa Catarina), sua ascensão ao posto de Tenente Farmacêutico, sua atuação como escritor de prosa, poesia, estudos historiográficos, elaboração de peças teatrais, assim como sua atuação no campo cultural, ao agir em prol do desenvolvimento literário, propondo intercâmbios culturais entre os três estados do Sul do país. Sendo o texto de Silva construído dentro das características de um panegírico, ou seja, por definição de ser um discurso elogioso a alguém, poucas informações são adicionadas para além das já publicadas em trabalhos anteriores. O aspecto positivo da obra reside em descrever em ordem cronológica dados dispersos sobre a obra e a vida de Ildefonso Juvenal.

Em Garcia (2019), *Ildefonso Juvenal da Silva: um memorialista negro no Sul do Brasil*, tem-se a reedição de noventa artigos, publicados pelo aludido autor, nos jornais e revistas de Santa Catarina, como também na imprensa do Rio Grande do Sul, Paraná e, no exterior, em Portugal, entre os anos de 1911 a 1965. Por meio de crônicas sociais, Ildefonso Juvenal narra cenas do cotidiano, fatos políticos; traça perfis biográficos relacionados à história catarinense e nacional, problematiza questões de saúde pública, denuncia a violência simbólica de uma sociedade racista e preconceituosa, que menosprezava o negro e o pobre, mas por outro

lado, também apresenta ao leitor bons exemplos de solidariedade e bondade em suas crônicas sobre o Natal.

Com o *paradigma indiciário* para a organização dos capítulos do livro, Garcia parte do micro para chegar ao macro, dito em outras palavras, percorre-se a senda dos textos mais pessoais para depois apresentar aqueles de relação com o contexto social. Dividida em nove capítulos, a obra agrupa em torno dos títulos: *O negro como lugar*, os artigos destinados a marcar a presença negra na história do Brasil, para além do lugar de escravizado; Em *Críticas ao preconceito de cor e ao racismo*, Ildefonso Juvenal descreve as práticas de discriminação no cotidiano das relações interpessoais, bem como pelo racismo institucional; Em *A arte como horizonte*, reúnem-se artigos contendo as preocupações do autor com a educação, com o desenvolvimento da literatura e do jornalismo como forma de aprimoramento do espírito humano; No capítulo intitulado *Apontamentos biográficos*, são descritos traços da vida e obra de personalidades catarinenses como Hercílio Luz, Mestre Penedo, Almeida Coelho, Vidal Ramos, João Rosa Júnior, Almeida Coelho, Anita Garibaldi, Vitor Meirelles, Eduardo Dias, Tiago da Fonseca, entre outros; Houve também destaque para os textos sobre a vida do poeta João da Cruz e Sousa, o poeta negro, que tanto influenciou a comunidade negra de Santa Catarina, sendo nome de clubes recreativos, centros cívicos, escolas e grupos esportivos. O capítulo *Apontamento biográfico: poeta Cruz e Sousa* traz a lume seis dos dezesseis artigos sobre o vate poeta, escritos por Ildefonso Juvenal; Em *Crônicas do cotidiano*, os artigos de cunho social ganham as páginas dos jornais, com suas preocupações sobre a chuva, a seca, a vida dos agricultores, das lavadeiras, a migração das famílias açorianas em busca de melhor qualidade de vida em terra catarinense, pauta tão atual, que hoje podem ser (re)lidos com a migração haitiana, venezuelana e de tantos povos desapropriados de suas riquezas. *Escritor viajante* reúne os artigos provenientes das viagens feitas por Ildefonso Juvenal pelas regiões do Norte e Sul de Santa Catarina. Nele, o autor, revela-se novamente como uma voz autorizada, seja para narrar, interpretar e/ou projetar o desenvolvimento econômico dos municípios catarinenses; *A Saúde como tema* aglutina os artigos dedicados à saúde pública, procedimentos medicamentosos, considerados inapropriados adotados pela população mais simples e desassistida de amparo especializado; Já no *Soldado da memória*, capítulo que marca a passagem do autor pela caserna, identifica-se sua veia poética ao compor para os soldados do 25º Batalhão linda canção patriótica em parceria com o maestro Astrogildo Teixeira, oficial negro da Polícia Militar.

Retomamos à questão em Silveira (2015, p. 15): “Ildefonso quando criança, sonhava em ser soldado”. A palavra *sonho* enquanto verbo não tem aqui o mesmo significado de *projeto*

e desejo de ser, tal qual a tomamos de Sartre. *Projeto e desejo de ser* como visto ocorrem simultaneamente; sendo o projeto caracterizado pela busca de algo futuro, diante da ausência deste algo no presente e; o *desejo de ser* como aquilo que provoca o movimento em direção ao projeto. Na infância, esse processo dialético ocorre pela mediação dos pais ou dos demais membros da família.

Como veremos adiante, ao analisarmos as mediações ocorridas no seio familiar, ver-se-á o papel desempenhado por Henriqueta de Castro, mãe de Juvenal. Será ela, por meio dos seus cadernos de histórias que mobilizará os elementos constitutivos para a formação do *projeto e desejo-de-ser* escritor para Ildefonso Juvenal. A farda de soldado garantirá por certo tempo o sustento do lar, não como *projeto*, mas antes como necessidade:

Na minha terra eu tinha sido, até então, um mendigo, um infeliz abandonado. Acossado pela necessidade, eu, reconhecendo embora que a farda do soldado não é desonra, **mas que não nasci para ser um soldado profissional** [grifo nosso], e unicamente para envergá-la na precisa, em que a pátria apele para o meu civismo de brasileiro, fui obrigado a fazer da farda de soldado de polícia uma profissão, para poder manter minha família! Nunca ninguém me deu a mão. Todo o mundo sabe que eu não sou um analfabeto; que leio já sem soletrar a cartilha analítica e sei rabiscar o meu nome. Entretanto, a todos os governos eu esmolei e nenhum deles quis admitir-me em uma repartição, nem sequer como simples auxiliar de escrita! (GARCIA, op. cit. pp. 161 - 162).

O referido artigo foi publicado no jornal *XXIX de Maio*, folha organizada por Ildefonso Juvenal, em homenagem ao natalício do governador Hercílio Pedro da Luz, cuja venda foi revertida em benefício da escola noturna do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux. Como visto, Ildefonso apresenta como fator para a sua entrada na Força Pública o civismo e a necessidade econômica para poder manter sua família.

Avançando um pouco mais por entre as fontes do Arquivo da PM/SC, pode-se compreender melhor as motivações de sua estada na referida instituição, bem como os motivos que o levaram a solicitar a sua baixa. Devemos considerar inicialmente que sua primeira matrícula como militar na antiga Força Pública ocorre no ano de 1917, na condição de alistamento voluntário, como soldado¹⁴. No decurso de dois anos, Ildefonso Juvenal atinge a patente de Sargento Ajudante, cargo mais elevado entre a classe dos Praças, com direitos e regalias de oficial. Como veremos mais adiante, neste período publicou o livro *Painéis*, o qual era composto por prosa, poesia e duas peças de teatro.

¹⁴ Boletim do Comando do Regimento de Segurança-Quartel em Florianópolis, 1º de março de 1917. Fl. 79. Arquivo da Polícia Militar de Santa Catarina.

O alistamento de Ildefonso Juvenal estava previsto para ocorrer entre o quadriênio de 1917 a 1921, houve, no entanto, uma situação de desacato envolvendo Ildefonso Juvenal, o qual foi determinante para o pedido de baixa em dezembro de 1919. O fato, alvo de sindicância interna, constatou que militares subordinados hierarquicamente a Ildefonso Juvenal “esqueceram-se da hierarquia e respeito, censurando o Sargento Ajudante, quando este fazia uma observação a um seu subordinado”. Pela posição ocupada por Ildefonso Juvenal, seria sua obrigação ordenar a prisão dos subordinados que o desacatarem, ao não o fazer, acabou cometendo uma infração disciplinar. Em decorrência, ficou preso por quinze dias, enquanto seus subordinados foram punidos com dez e cinco dias de prisão, respectivamente.

Entre o quadriênio de 1920 a 1924, Ildefonso Juvenal atuou ativamente na imprensa local mantendo regularmente artigos e notícias para jornais *República*, *Folha Nova*, *Folha Acadêmica* e *A Semana*. Neste ínterim, surge na imprensa a notícia da organização da revista literária *Florianópolis Original*, de autoria de Juvenal¹⁵. A atividade literária era complementar às profissionais, pois exercia ainda as funções de amanuense conservador da Biblioteca Pública de Santa Catarina, além de estar matriculado no curso de Farmácia no Instituto Politécnico de Florianópolis. Como se não bastasse, presidiu nesse período o clube negro Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, o Clube Náutico Henrique Dias, assim como o comitê organizador da herma do poeta Cruz e Sousa.

Voltando, por fim, aos motivos da sua saída da Força Pública, completa Ildefonso Juvenal:

Hercílio Luz foi o primeiro que deu aos seus conterrâneos esse exemplo salutar. Foi ele que reconhecendo o meu modesto e embora insignificante préstimo para coisas mais elevadas, tirou-me das mãos o espadagão policial e deu-me uma pena, que é o símbolo da inteligência, como um mudo estímulo ao estudo para a perfeição. (GARCIA, 2019, p. 162).

Nestas duas passagens citadas pelo autor, sua atenção estava voltada para o aprimoramento intelectual de si, e as condições para este empreendimento não estavam disponíveis para ele na Força Pública naquele momento. Seu retorno à vida militar ocorre posteriormente, em outro contexto institucional e pessoal da vida profissional de Ildefonso Juvenal.

Observa-se, acima, a infância de Ildefonso Juvenal não foi alvo de investigação nos trabalhos acadêmicos voltados a compreender a inserção social e literária do “intelectual

¹⁵ Fazemos referência a seguinte nota: “Florianópolis Original – com este título o nosso inteligente conterrâneo sr. Ildefonso Juvenal está escrevendo uma revista local em dois atos, que é musicada por músicos da Força Pública. O primeiro ato, letra e música já está pronto. Vide jornal República. Florianópolis, 12 de novembro de 1920.

catarinense”. Fazemos coro à voz da pedagoga Jeruse Romão (2021), quando esta expõe os motivos que a levaram a escrever uma biografia da deputada Antonieta de Barros:

Este texto tem um objetivo: desnaturalizar a figura solitária projetada em Antonieta de Barros [...], e dar movimento a uma mulher e negra, a meu juízo, muito engessada, feito esfinge e lembrada em datas pontuais. Desejei escrever e oferecer um conteúdo que pudesse colocá-la na dinâmica da cidade e do estado em que nasceu, com sonoridade, marcação dos territórios, andanças, expressões de afetividades, especialmente nas relações com sua família (Idem, 2021, p. 19).

Para compreendermos o período da infância, sobretudo, para identificarmos o *projeto e desejo-de-ser escritor*, o campo de possibilidade e as condições disponíveis a Ildefonso Juvenal no final do século 19, seguiremos os caminhos percorridos por sua mãe, Henriqueta de Castro e Silva.

4 O CADERNO DE HENRIQUETA: FAMÍLIA, COMPADRIO E LAÇOS DE SOLIDARIEDADE

Entre as fontes consultadas para compreender as relações familiares, os laços de compadrio e de solidariedade construídos por Ovídio Medeiros da Silva e Henriqueta de Castro de Silva, pais de Ildfonso Juvenal, recorreremos à análise do já citado caderno de memórias de sua mãe, Henriqueta de Castro. Nele são descritas oitenta e quatro notas contendo datas de casamento, nascimento de filhos e de amigos, óbitos, alteração de residência, entre demais notas (autobiográficas), datadas entre 1850 a 1914.

Os diários de família constam dos hábitos sociais das famílias burguesas de origem francesa, no período da renascença, observados por Ariès (1986, op. cit., p. 32). Segundo o autor:

Nesses diários se uniam a preocupação com a precisão cronológica e o sentimento familiar. Tratava-se menos das coordenadas do indivíduo do que das dos membros da família: as pessoas sentiam necessidade de dar à vida familiar uma história, datando-a.

Destaca-se da citação acima, a seguinte frase: “dar à vida familiar uma história”. Pensar a constituição de famílias negras no período do pós-abolição não pode ser descrito como uma agência naturalizada, é preciso problematizá-la. A quais indivíduos no final do século 19 eram disponíveis instituir família e, nela, se ocupar de sua história? A resposta a esta questão ainda não está formulada, se faz necessário revisitar os arquivos de famílias, promover o cruzamento de dados e cotejá-los com a história oral das famílias negras, com vistas a compreender o sentido dado pelos próprios *sujeitos históricos* daquilo que entenderam como organização familiar, bem com a escrita sobre ela.

Assim como a palavra *dada* (ABRAHÃO, 2018) pelo personagem africano Kunta Kinte, no livro *Negras Raízes* (HALEY, 1976), que transmite aos seus descendentes a cultura mandiga ao longo de várias gerações, mantendo viva a memória de seus antepassados, o caderno de memória de Henriqueta, reescrito e ampliado por seu filho Raul Tito (1899-1965), vem sendo continuamente alimentado por sua filha Nívia Regina da Silva, a qual mantém o hábito de registrar para as gerações futuras os elementos valiosos de serem lembrados.

Reminiscências também observadas nos descendentes da família Cazumbá, estudada pelo historiador José Bento Rosa da Silva (2018). Oriundos do Recôncavo Baiano, a família Cazumbá mantém, por meio do relato oral das fontes escritas, pelas experiências sociais, as

marcas e os hábitos característicos dos cazumbás na região de São Gonçalo dos Campos e adjacências.

Do mesmo autor, tem-se a (auto)biografia de Bento Rezende da Silva (1919-2007), homem negro nascido no pós-abolição, capitão do Exército, o qual na adolescência atuou como professor rural. Segundo Silva (2010, pp. 14-15), “Capitão”, pois era assim que gostava de chamar seu pai Bento Resende, tinha por hábito registrar as histórias dos moradores mais antigos da cidade de Lavras, localizada no interior de Minas Gerais. Tal qual um memorialista contemporâneo, “Capitão” registrou fatos, personalidades e acontecimentos sociais, por meio do registro gráfico em cadernos e folhas avulsas que ficaram de posse de seus descendentes.

Temos como hipótese para futuras pesquisas, que tanto as mulheres quanto os homens negros foram autores de suas próprias narrativas de vida, seja no período que antecede a abolição, como no momento posterior a ela. A despeito da baixa utilização destas fontes pelos estudos acadêmicos, elas apontam para os vínculos de solidariedade, às relações de compadrio e às estratégias utilizadas cotidianamente na luta pela sobrevivência.

Malgrado a ausência de imagens desse período, propomos num esforço de *imaginação histórica* (RICOEUR, 2008), tomando como referência a fotografia de famílias negras do início do século XX, reconstituir numa fotografia de estúdio a família de Ildefonso Juvenal ambientada no ano de 1902. Provavelmente, veríamos reunidos Ovídio Medeiros da Silva, de pé, vestindo paletó, calça, sapatos pretos; talvez, deixasse entrever o cordão prateado do relógio de algibeira e, na mão direita um anel de ouro, tal qual o usado pelo pai do poeta Cruz e Sousa, denotando certa ascensão social. Ao seu lado, sua esposa Henriqueta de Castro e Silva, sentada numa cadeira, portaria um olhar altivo, vestiria saias longas rendadas. Ao redor, os filhos em ordem crescente: João Edeltrudes da Silva (1891), com onze anos, Ildefonso Juvenal da Silva (1894), com sete anos, Raul Tito da Silva (1899), com três anos e Clotildes Antolina da Silva (1902) recém-nascida, a qual estaria no colo de sua mãe. Uma presença/ausente seria sentida pela falta da pequena Argentina Capetulina da Silva (1896), falecida com apenas três anos e meio¹⁶. Conforme se observa na imagem a seguir:

¹⁶ Fonte: Livro Óbitos 1899, Nov-1901, Abr. registro 166, folha 135. In.: [www. https://familysearch.org/](http://www.familysearch.org/)

Figura 7. Ilustração da família de Ildefonso Juvenal



Fonte: Do Autor
Imagem produzida pelo artista Bruno Barbi especialmente para este trabalho (2021).

Figura 6. Ilustração da família de Ildefonso Juvenal
Fonte: Do Autor
Imagem produzida pelo artista Bruno Barbi especialmente para este trabalho (2021).

4.1 “A MINHA QUERIDA MÃE HENRIQUETA”: UMA LEITORA/ESCRITORA NEGRA NA ANTIGA DESTERRO?

Este é o título da crônica publicada no jornal *O Estado* para o dia das mães no ano de 1961¹⁷. Naquele ano, assim como em outros, Ildefonso Juvenal organizara uma página inteira contendo poesias, sonetos, crônicas escritas por poetas e literatos, dedicados ao dia das mães. Tema recorrente no campo literário nacional e internacional, as mães foram inspiração poetas e artistas em suas composições poéticas. Em seu artigo, Ildefonso apresenta os aspectos sociológicos da genealogia dos seus pais, Henriqueta de Castro e Silva e Ovídio Medeiros da Silva.

Filha de Josepha de Castro e de pai ignorado, Henriqueta Amália de Castro (passou a assinar como Henriqueta de Castro e Silva após o casamento), nasceu em Santa Catarina, entre os anos de 1868 a 1870¹⁸. Nas palavras de Ildefonso Juvenal:

A minha saudosa mãe Henriqueta de Castro e Silva, quando moça era uma das mais belas mulheres do produto das duas raças que foram fundamentais na formação de nossa nacionalidade, e era dotada de apreciável grau de instrução e esmerada educação, pois, liberta desde a infância, fora criada e educada por conceituada família, moradora à antiga Rua Augusta, hoje João Pinto, na nossa antiga Desterro, constituída por estimadas senhoras que se dedicavam à preparação de doces para as festas e venda em diversos pontos da cidade, sendo conhecidas como as melhores doceiras do lugar. (GARCIA, 2019, p. 32).

Localizada no Bairro da Pedreira, a Rua Augusta, atual João Pinto, iniciava defronte ao antigo Mercado Público, atual praça Fernando Machado, terminando nas imediações do campo do Manejo da Força Pública, atual Instituto Estadual de Educação. Composta por sobrados colônias, em estilo luso-brasileiro, abrigam em seus interiores, tipografias, armazéns de secos e molhados, confeitarias, sapatarias, constituindo-se em importante centro comercial na parte leste do centro da cidade, conforme se observa na pintura feita por Vitor Meirelles em 1851, na página seguinte.

¹⁷ SILVA, Ildefonso Juvenal da. A minha querida mãe Henriqueta. *O Estado*. Florianópolis, p. 6. 14 maio 1961.

¹⁸ Optamos em não definir a data do nascimento de Henriqueta de Castro por haver divergência nas datas informadas tanto no registro civil e religioso do seu primeiro casamento, 1890 e 1895, respectivamente, quanto no registro do seu segundo casamento, datado de 1911. Indefinição mantida no atestado de óbito de 1916.

Figura 10. Rua Augusta, atual Rua João Pinto



Fonte: Museu Nacional de Belas Artes.
Panorama urbano pintado por Victor Meirelles, 1851.

Durante os anos de funcionamento do primeiro Mercado Público, 1850 a 1899, o comércio de gêneros agrícolas, pescados, cerâmicas e demais serviços como aqueles feitos por entregadores, vendedores de jornais e carroceiros eram realizados no interior do estabelecimento, como no seu entorno. Território também frequentado por Ovídio Medeiros, futuro marido de Henriqueta, que, ainda sob o regime da escravidão, continha uma carroça para fazer entregas, com vistas a comprar sua carta de alforria.

Este local onde Henriqueta de Castro cresceu e foi alfabetizada era também compartilhado por outras mulheres de origem africana, que vestidas com seus panos da costa encarnado (vide imagem de Meirelles), transitavam ora com as trouxas de roupas lavadas na Fonte Grande, Rio da Bulha, ora com seus tabuleiros a vender doces e outros quitutes para os transeuntes da cidade.

As doceiras e doceiros consistiram em verdadeira confraria, de ajuda mútua e proteção.

Muito doutor que passava agora todo cheio de si, em pequenino viera comprar-lhes o seu vintém de doce. Havia a Tia Eva, boa crioula, especializada em doces finos, feitos pela D. Maria Gonzaga; o Tio Bernardo, sempre resmungando e a ralhar com os rapazes e que vendia pés-de-moleque; a Tia Rita, que trazia na sua balainha, forrada

com uma toalhinha de *crochet*, amendoim torrado; o Tio Chico, vendedor de bolo de milho e broinhas; a Tia Ignácia afamada vendedora de balas, muito querida da criançada, por dar sempre uma bala de “inhapa”.¹⁹

Segue o relato do cronista:

Quando havia espetáculo no Theatro, lá iam todos acocar-se em frente; si havia procissão, lá estavam na escadaria da Matriz. Não se separavam nunca. Andavam sempre juntos. E como se davam bem, como se uniam aqueles pretinhos! Era como uma sociedade que lhes tinham e na qual os interesses se confraternizavam. Auxiliavam-se, protegiam-se!²⁰

Acompanhando um pouco mais a trajetória da mencionada Tia Eva, Eva do Espírito Santo²¹, vamos percebê-la como sendo parte da confraria das doceiras, presente na paisagem urbana da antiga Desterro. Nascida em meados do ano de 1834, residia à Rua General Bittencourt, nº 73, Bairro da Tronqueira. Bairro característico da comunidade negra, próximo ao largo da Matriz. Os morros até o início do século 20 eram completamente inabitados, sendo utilizados para o cultivo de banana, mandioca e do café sombreado, o qual, segundo crônicas do período eram de excelente qualidade. A moradia se dava na parte baixa da cidade em bairros como: Pedreira, Menino Deus, Figueira, Tronqueira, Rita Maria, Arataca, Praia de Fora, Canudinhos e Mato Grosso.

Se pelos tabuleiros das quitandeiras, a petizada consumia deliciosos quindins, mãe-benta²², pés-de-moleque e pães de ló. É provável que Henriqueta de Castro não tenha feito uso deles para o sustento de sua família. Alfabetizada ainda na juventude, cabia a ela o processo de alfabetização dos filhos. Segundo Ildfonso Juvenal, Henriqueta de Castro foi entregue a uma “conceituada família”, constituída por senhoras que se dedicavam à preparação de doces para festas e venda em diferentes pontos da cidade. Tal relato coloca-nos diante das primeiras inquietações desta pesquisa, ou seja, que redes sociais possibilitaram a alfabetização para uma mulher negra, em Desterro no final do século XIX? Havia outras mulheres negras leitoras nesse momento na cidade? Como ocorria o acesso aos livros e periódicos? Com que frequência e

¹⁹ PRETOS velhos. O Estado. Florianópolis, 27 set. 1919. p. 5. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=884120&pesq=%22Pretos%20velhos%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=4220>. Acesso em: 10 fev. 2020.

²⁰ Idem, op. cit..

²¹ Brasil, Santa Catarina, Registro Civil, 1850-1999 Florianópolis. **Óbitos** 1924, Jan-1926, Out, fl., 48.

²² Mãe Benta - O nome dado ao conhecido bolo de farinha de trigo, manteiga e ovos, vem do nome de uma conhecida preta que vendia doces, no Rio de Janeiro, no século XIX. Era exímia doceira, e gostava, para agradar a freguesia, de apresentar ao público certas novidades feitas com farinha de trigo. Chamava-se ela Benta Maria da Conceição, mas os cariocas deram-lhe (e ao doce) o cognome de “mãe-benta”, pelo seu aspecto de velha baiana, já curvada sob o peso dos anos.

ritmo eram acessados esses conteúdos? Essas e outras questões, ainda preliminares, levam-nos ao movimento de compreensão do ambiente literário disponível para Henriqueta de Castro, ou seja, quais eram os campos dos possíveis do fazer literário para as mulheres e homens negros daquele momento histórico? Quais títulos eram lidos por Henriqueta? Seus autores prediletos eram nacionais ou estrangeiros? Em busca de possíveis respostas a tais perguntas, aventuramos-nos a identificar a presença/ausência de mulheres negras na condição de escritoras nos jornais de época.

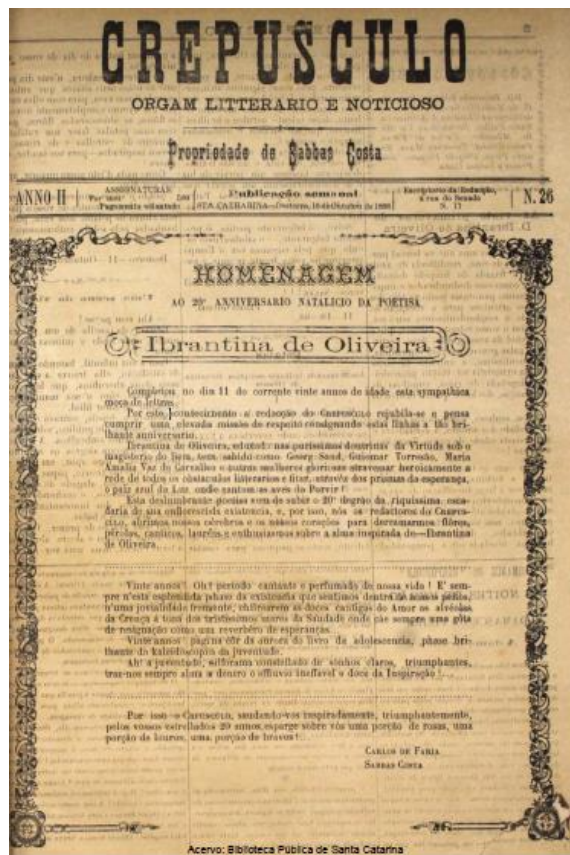
Antes, porém, de adentrarmos nas possíveis respostas a tais perguntas, devemos nos questionar o porquê de não conhecermos a possível trajetória literária de Henriqueta de Castro e Silva. A resposta, por mais absurda que possa parecer, é simples. Henriqueta não existiu! Não existiu enquanto escritora, enquanto alfabetizadora; tampouco enquanto leitora de livros, revistas e jornais, ela nunca existiu! Para a historiografia hegemônica, houve apenas um lugar possível de existência para mulheres negras iguais à Henriqueta – para elas apenas o lugar social enquanto lavadeiras, quitandeiras, empregadas domésticas e nada mais! Tal pressuposto inibiu e inibe a possibilidade de existência dessas mulheres para outras ocupações.

Naquele cenário dos oitocentos, destacava-se em Desterro (atual Florianópolis) o poeta e jornalista João da Cruz e Sousa, que à frente do jornal *O Moleque*, dedicava-se a repudiar a escravidão e a tecer críticas às elites políticas por meio de sátiras e gravuras. Contava Henriqueta de Castro entre seus 15 a 17 anos. A presumir a circulação social do poeta, bem como de suas composições, é verosímil dizer que Henriqueta de Castro tenha acessado os jornais editados por Cruz e Sousa.

Hipótese reforçada ao folharmos as páginas do jornal literário *Crepúsculo*²³, editado por Sabbas Costa, negro, poeta e jornalista, do qual participava o também outro poeta negro, Timóteo Maia, ambos amigos de Cruz e Sousa. Segundo Muzart (2003, p. 230) “as mulheres tinham uma acolhida muito grande em suas páginas, suas colaborações eram recebidas com destaque e louvor e seus nomes apareciam no frontispício do jornal como colaboradoras”. O jornal aglutinou ainda poetisas da cidade e de outros estados, a exemplo de Ibrantina A. de Oliveira e sua irmã Ubaldina A. de Oliveira, Delminda Silveira, Alice de Alencar, Cândida Fortes, Júlia Lopes, Rosa F. Valente, Luiza Cavalcanti e sua irmã Júlia Cavalcanti, Tercilia Nunes Lobo, Cândida Lobo (Pelotas) e Julieta de Mello Monteiro (Rio Grande). A tipografia do jornal funcionava na Rua Augusta (atual João Pinto), situada na mesma região onde morava e trabalhava Henriqueta de Castro na fabricação de doces.

²³ Jornal disponível na Hemeroteca digital de Santa Catarina.

Figura 13. Jornal Crepúsculo



Fonte: Hemeroteca digital de Santa Catarina - BPSC

Os estudos bibliográficos sobre este período apontam para algumas possibilidades de entrecruzamento de trajetórias de mulheres negras e suas experiências literárias. Em Maria (1997), somos apresentados à Amália Efigênia da Silva (1886-1921), mulher negra, casada com Gustavo José do Espírito Santo, descrito como homem pardo, a qual transitou por entre a elite local do período. As reminiscências de sua vida foram narradas pela sua filha, Maria do Espírito Santo (MARIA, 1997, p. 109):

Minha mãe falava francês, italiano, inglês e espanhol e lia o alemão. Era amiga pessoal do governador Hercílio Luz e de suas filhas. Eu me lembro que, da janela do palácio, minha mãe abanava para mim que ficava sentada do outro lado da Praça XV. Ela tomava café junto ao chefe do executivo.

Figura 15. Amália Efigênia da Silva e Gustavo José do Espírito Santo



Fonte: MARIA, op. cit., p. 110.
Imagem produzida, provavelmente antes do ano de 1913.

Ainda, segundo sua filha, Amália Efigênia atuava em causas mais amplas da sociedade (MARIA, op. cit., p. 109):

Minha mãe chegou a intervir junto ao governador sobre questões de ordem jurídica, para defender um cidadão. E foi atendida, Hercílio Luz intercedeu junto ao juiz e o caso ficou resolvido. No palácio tinha acesso livre. Ela tinha uma biblioteca de livros estrangeiros.

Henriqueta de Castro e Amália Efigênia evidenciam a possibilidade de existência de uma dinâmica de leitura e escrita entre mulheres negras para o período. Havia, de alguma forma, meios para a alfabetização dessas mulheres, círculos de leitura, rodas de conversa, provavelmente mediadas pelas relações de trabalho.

Utilizando-se de recursos de mídia digital²⁴, avançamos um pouco mais na trajetória de Amália Efigênia iniciada por Maria (1997). Aos poucos, os documentos desvelam uma rede complexa de sociabilidade, tangenciada por relações de solidariedade e cumplicidade por muitas destas mulheres negras do pós-abolição.

Em 1913, vamos encontrá-la viúva de Gustavo José e grávida de Maria do Espírito Santo²⁵. Possivelmente, pairavam muitas incertezas frente aos meios para a sua subsistência e para a criação da filha. O adoecimento do esposo, acometido de bronquite crônica, deixava antever que o pior estava por vir. Ele não pôde comparecer ao próprio casamento, o fez por procuração²⁶. Prática comum numa época de escasso acesso aos recursos médicos. A morte o alcançou no dia 12 de março de 1913, a dezessete dias do nascimento de sua filha.

Lendo a *contrapelo* (BENJAMIN, 1940) a lembrança afetiva de Maria do Espírito Santo, ao narrar a presença de sua mãe no Palácio do Governo ao lado do governador e de suas filhas, percebe-se a preocupação daquela mãe em não deixar transparecer sua atividade profissional junto à família do governador. Na cena narrada, Maria encontra-se fora do ambiente ocupado por sua mãe, mas bem podia estar brincando com as demais crianças do Palácio, caso aquela presença fosse precedida de outras relações não servis.

Morava Amália com sua filha à Rua Pedro Soares, nº 20²⁷, também conhecida como Rua da Fonte Grande (atual rua da Escadaria da UBRO), antigo bairro da Tronqueira, endereço conhecido de lavadeiras, escravos libertos e soldados. Segundo Veiga (2010, p.107.)

A Tronqueira, a Figueira e a Toca apareceram no século XIX como os bairros ‘tenebrosos do Desterro’. Por eles é que geralmente começavam os incêndios e que as epidemias atingiam em cheio aquela gente pobre, pois seus casebres recolhiam os primeiros doentes vindos de fora.

Inserida nesse contexto antropológico de pouca infraestrutura adequada como rede de esgoto, água encanada e sujeita ao contágio de doenças respiratórias, Amália desenvolve tuberculose pulmonar, a mesma doença que vitimara o poeta João da Cruz e Sousa, em anos anteriores, no estado de Minas Gerais. Em decorrência da morte da mãe, Maria do Espírito

²⁴ Referimo-nos ao site <http://familysearch.org/>, no qual constam livros de registro dos cartórios e das Cúrias de Santa Catarina. Sendo possível pesquisar o registro de batismos, registro de nascimentos, casamento e óbitos.

²⁵ Livro de óbitos. **Declaração de óbito de Gustavo José do Espírito Santo**. Florianópolis: 1912, fev – 1914, mai, fl. 107. Disponível em <http://familysearch.org>

²⁶ Livro de matrimônio. **Registro do casamento entre Gustavo José do Espírito Santo e Amália Efigênia da Silva**. Florianópolis: 1911, dez – 1920, set, fl. 31; n. de registro 14. Disponível em <http://familysearch.org>

²⁷ Livro de óbitos. **Declaração de óbito de Amália Efigênia da Silva**. Florianópolis: 1918, nov – 1921, jun., fl. 195. Disponível em <http://familysearch.org>

Santo teve que interromper os estudos: “Só cursei o terceiro ano primário. Cedo perdi meus pais, fui criada por tios, gostaria de continuar meus estudos, mas não foi possível, tive que trabalhar, bordava e lavava roupas para fora”. (MARIA, 1997, p. 46).

Experiência esta também vivenciada por Henriqueta de Castro após o falecimento de Ovídio Medeiros. Ildefonso Juvenal rememora o esforço de sua mãe na seguinte passagem: “Tendo perdido o esposo que lhe deixara sem recursos, esfalfava-se na pedra da fonte e no ferro de engomar, para obter os meios necessários à alimentação e educação dos filhos menores, que representavam para ela valiosa herança”. (GARCIA, 2019, p. 34).

Diante dessa situação precária, Henriqueta começa a oferecer os serviços como lavadeira e engomadeira, atividade comum entre as mulheres negras dos bolsões pobres do centro da cidade presente até a segunda metade do século XX. João Ferreira de Souza, conhecido como Seu Teco, antigo morador do Monte Serrat, relembra que era comum ver as lavadeiras descer o morro em procissão, todas as segundas-feiras, com as trouxas de roupas limpas e passadas sobre suas cabeças ou nas costas²⁸.

Ildefonso no já citado artigo *A minha querida mãe Henriqueta*, escrito provavelmente em seu gabinete pessoal, por certo, sentou-se em sua escrivaninha, pegou sua caneta de pena banhada em ouro e, com os olhos cobertos de lágrimas, rememorou (GARCIA, 2019, p. 34): “Ela era qual o pelicano, a extraordinária ave palmípede, que se depena instintivamente, para aquecer os filhos com a sua arminhosa penugem”.

Quadro também reforçado pelo depoimento de Catarina Rosa Martins, filha do maestro-poeta João Rosa Júnior e de Verônica Maria da Silva (GARCIA, 2020, p. 209).

Naquele tempo do Zepelim, os navios passavam tudo de baixo de ponte. Nós fomos criados ali, porque a minha mãe não recebeu nada do meu pai. Nada, nada, nada! Nois passamos dificuldade, nois pequenos, passando necessidade. Parente nenhum ajudou, aqueles que eram melhores de vida, tchau mesmo! Então quando cheguei a idade 6 ou 7 anos, lavava prato na casa dos outros, subia num caixote para alcançar a pia, para trocar por farinha e açúcar para a minha mãe. Daí minha mãe viu que não podia criar nois. Dali uns tempos, a mãe passou muita necessidade e não sabia de como ia fazer, daí deu nois.

A atitude de enfrentar as amarguras da vida levou estas três mulheres ao limite de suas energias. Seja na pedra da fonte, no ferro de passar ou no trabalho doméstico, as experiências das mulheres negras no pós-abolição foram permeadas de lutas e de resistências cotidianas.

²⁸ Entrevista concedida para o documentário: Depoimentos para Posteridade - Seu Teco. Produção: Artur de Bem, gravado em 2011. Disponível em: <https://youtu.be/XpROd99KHps>

Contudo, aceitando a senda aberta pela hipótese de existência de um círculo literário entre as mulheres negras na antiga Desterro, ampliam-se as possibilidades para a compreensão das escolhas feitas por Henriqueta de Castro no destino de seus filhos homens. Pois, tanto João Edeltrudes, Ildefonso Juvenal, quanto Raul Tito iniciaram suas atividades profissionais como tipógrafos de jornais da cidade. Segundo os registros feitos no Caderno de Memórias: “João entrou para o *Correio da Tarde* a 15 de junho de 1903”; “O Ildefonso entrou para tipografia dia 15 de março de 1909”; “Raul entrou para a *Gazeta* no dia 20 de setembro de 1909”. Sendo ela uma leitora de livros, revistas e jornais, é provável que tenha direcionado de forma intencional seus filhos para a arte tipográfica, porta de entrada de meninos negros e pobres ao mundo literário.

4.2 A FAMÍLIA

Como nos lembra Sartre (1972, p. 52): “A criança torna-se esta ou aquela porque vive o universal como particular”. A família, assim, realiza a mediação entre a classe universal e o indivíduo. (Idem, p. 55). Voltemos a 1885, ano provável da conquista da carta de alforria de Ovídio Medeiros da Silva. Escravo de Luiz Alves de Souza, um professor aposentado, e de sua esposa, residentes à Praia de Fora, Ovídio Medeiros possuía uma carroça com a qual fazia entregas de mercadorias pela cidade.

A origem pobre, vinculada ao fato do seu pai ser escravizado até às vésperas da abolição, foi marca a qual Ildefonso Juvenal manteve consigo ao longo de sua vida. Vez ou outra sua origem social era reclamada no debate público:

Imagem a minha situação de homem de cor, filho de escravos, nascido ali, à Rua José Veiga – antiga Tronqueira -, investido da árdua missão de dar parecer em um trabalho, no qual o autor afirma categoricamente que em Santa Catarina, o preto, culturalmente, é fator nulo [...]. (GARCIA, 2019, p. 52).

Ildefonso Juvenal pertencia à geração dos antigos moradores negros do centro da cidade. Para além disso, era um atento observador da sociedade, desse modo, não se eximiu do debate público. Observa-se, no entanto, que dos trezentos e setenta artigos identificados nos jornais e dos dezessete livros publicados, há apenas dois artigos voltados a descrever as cenas mais íntimas das relações familiares. Sendo o artigo *Uma página da minha infância*, publicado

no livro *Contos de Natal* de 1939; e o segundo, o já mencionado: *A minha querida mãe Henriqueta*, publicado no jornal *O Estado* em 1961.

Filho de Joanna Alves de Souza, uma africana nascida por volta de 1805, Ovídio Medeiros passou grande parte da vida sob o regime da escravidão. A existência de Joanna consta do caderno de memórias de Henriqueta: “Tia Joanna morreu dia 8 de maio de 1890”. De fato, de acordo com o registro de óbitos da cidade consta o falecimento de Joanna:

Aos nove dias do mês de maio de mil oitocentos e noventa neste distrito de Paz da Paroquia de Nossa Senhora do Desterro, Município da Capital do Estado Federal de Santa Catarina, compareceu Cândido Sampaio, e exibindo atestado do Doutor Frederico Rolla, declarou que faleceu ontem as cinco horas da tarde a preta Joanna, solteira, com oitenta e cinco anos, natural d’África, de filiação desconhecida. Vai sepultar-se no cemitério público desta cidade. Faleceu de paralisia e para constar faço este termo que assina o sogro do declarante por não saber escrever, Manoel Alves de Souza. Eu Leonardo Jorge de Campos Junior, escrivão escrevi e assino²⁹.

Ao longo de trinta e cinco anos Ovídio Medeiros serviu como escravo de ganho na família do professor primário Luiz Alves de Souza. Segundo Juvenal:

Meu pai Ovídio era uma das vítimas da escravidão que, por centenas de anos, representou deprimente mancha na história pátria, muito mais escura do que a pele das criaturas que a nação escravizava, porém, usufruía a grata ventura de ter como senhores, duas almas nobres e generosas: um idoso professor primário e sua santa esposa. Era ele serviçal de estimação e confiança do casal, a cuja família servia, sendo-lhe facultado trabalhar para si, fora da casa, em determinados dias da semana, a fim de obter recursos para compra de sua libertação. (GARCIA, op. cit., p. 33).

Constituir uma família sem os estigmas da escravidão parece ter sido o projeto do casal Henriqueta e Ovídio. Aos trinta e cinco anos de idade, Ovídio ainda estava sobre o regime da escravidão. No ano de 1885, Henriqueta contava por volta de 15 a 17 anos de idade. De acordo com o Código Civil de 1890, era proibido o matrimônio com mulheres menores de 14 anos e homens menores de 16 anos. Sendo a escravidão algo indesejável para ambos, restava conquistar a liberdade. Segundo Ildefonso Juvenal

Aconteceu porém, que aquele bondoso casal, tendo certo dia, conhecimento de se achar o escravo Ovídio, enamorado de moça de tratamento, criada e educada por conceituada família e pretender casar-se, **tão logo obtivesse a necessária liberdade**, fez-lhe, por ocasião de festa em família, generosa e abençoada surpresa, recompensando a prestimosa dedicação e respeitosa estima que aquele escravo tinha pela família, oferecendo-lhe na ocasião, a tão desejada e merecida carta de alforria, a fim de que, livre, pudesse ele construir um lar feliz e respirar com a esposa e filhos, a largos haustos, o ar abençoado da liberdade. (GARCIA, 2019, p.33).

²⁹ Fonte: Livro de óbitos – Igreja Católica, 1889, jan-1890, nov. fl. 152.

É provável que a alforria de Ovídio tenha ocorrido naquele ano de 1885, conforme noticiado pelo *Jornal do Comércio*, em 12 de março³⁰: “Cumriu-se em 10 de março de 1885, ficando, portanto, eliminados da taxa os seguintes contribuintes: [...] correspondente a 1 escravo, Luiz Alves de Souza”. O mesmo será novamente encontrado nas páginas do referido jornal, dois anos mais tarde, ao responder publicamente ao convite feito pela Sociedade Carnavalesca Diabo, para compor uma turnê de arrecadação de mantimentos e recursos financeiros em prol da libertação dos escravos ainda existentes na cidade. Assim se manifestou Luiz Alves: “Respondendo ao aludido officio, cumpre-me declarar a VV.SS., que, aliando-me a uma tão justa e humanitária causa, envidarei todos os meios convenientes a meu alcance para bem corresponder aos desejos de VV.SS. Germano Werdhausen.”³¹

A campanha abolicionista foi uma ação oficial, instituída em grande parte do território nacional, criada entre senhores de escravos de orientação política republicana e liberal a partir de 1870. De modo a tornar a libertação um processo gradual, foram criados os fundos de emancipação e, mais tarde, os clubes abolicionistas. Em Desterro, destacaram-se o Clube Abolicionista, a Sociedade Amadores da Arte, Diabo a quatro e Tenentes do Diabo. Segundo Cabral (1979), as ações em prol da liberdade dos escravos haviam conseguido “varre da cidade o instituto nefando”:

A vinte e quatro de março de 1888, Eliseu Guilherme da Silva, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Desterro, e os demais vereadores, oficializaram ao presidente da província, Dr. Francisco José da Rocha, que a capital da província de Santa Catarina não possuía dentro de seus limites nem mais um escravo. (CABRAL, op. cit., p. 439).

Para Cabral, o sucesso da empreitada residia na “doutrinação, no trabalho, sacrificio de um punhado de homens bons, de todas as classes sociais, de todos os tipos de fortuna e de atividade (...)”. Os considerados “homens bons”, a exemplo do Coronel Germano Wendhausen, eram dotados de espírito cristão, benevolência e amor ao próximo. A campanha abolicionista parece ter agradado tanto o grupo proprietários de escravos, como os próprios cativos, uma vez que se disseminaram a prática de indenizações, alforrias em datas patrióticas, festivas e no leito de morte. Se de um lado os abolicionistas garantiam a lucratividade dos senhores por meio das indenizações e pela alforria gradativa, por outro lado, concentravam em si uma aparente benevolência frente aos libertados.

³⁰ *Jornal do Comércio*. Desterro, 12 de março de 1885. p. 3.

³¹ *Jornal do Comércio*. Desterro, 4 de junho de 1887. p. capa.

Esta visão histórica, considerada clássica, foi contestada por Amaral (2008) em *Camélias do Desterro*, cuja tônica assenta-se na elaboração de uma interpretação alternativa à visão hegemônica do protagonismo das elites brancas no processo de alforrias dos escravos. Para a autora houve, concomitantemente ao projeto das elites, o desenvolvimento de estratégias de liberdade a partir dos próprios cativos. Ou seja, os antigos escravos não foram meros espectadores da campanha abolicionista, dela se apoderaram e a ressignificaram aos seus próprios interesses. O material utilizado pela autora compreende cartas de alforrias, contratos de prestação de serviço (1870 a 1888), jornais e revisão bibliográfica.

Compartilhando de estudos feitos pela historiadora Kátia Mattoso, Amaral organiza os documentos estudados em três categorias de concessão de liberdade: gratuitos, oneroso ou sob condições, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 1. Contratos de alforrias

	1870 e 1888	%
Alforrias sem ônus	43	29,6
Alforrias mediante indenização	54	37,3
Alforrias sob condição de prestação de serviço	48	33,1

Tabulação: AMARAL, 2008, p. 21

Do total de cento e quarenta e cinco documentos analisados, observa-se que 70,4% das alforrias concedidas se deram por meio de indenização e/ou prestação de serviço. Neste tipo de contrato de alforria, o escravo poderia solicitar empréstimo total ou parcial do valor de sua liberdade, tanto ao antigo senhor quanto a terceiros. Ou, então, pagava-se mediante a prestação de serviço por tempo determinado em contrato. Essa prática “além de ter sido largamente utilizada na propaganda abolicionista representou, de forma geral, a continuidade de um modelo de relações”, ou seja, o clientelismo político.

As alforrias gratuitas, 29,6% do material coletado, estavam condicionadas aos “bons serviços prestados” ou na “amizade de criação”. Mesmo após o fim da escravidão, muitos escravos permaneciam junto da família de seu antigo senhor.

A experiência vivida por Ovídio Medeiros aponta a possibilidade de mudança entre as

modalidades de contrato de alforria. Tendo ele iniciado a conquista da liberdade via prestação de serviço, fora beneficiado, conforme nos descreve Ildefonso Juvenal, com a alforria sem ônus.

Assim, a construção de um discurso amistoso sob as relações senhor/escravo pretendeu manter os laços de dominação senhorial sobre seus subordinados, mesmo após a abolição. Como bem salientou Amaral, “as motivações das sociedades abolicionistas se apresentaram muito mais complexas” do que retrataram seus historiadores.

Da resultante entre a campanha oficial dos senhores de escravos e das expectativas de liberdade destes, temos o reforço ou a dependência das intermediações pessoais de políticos nas questões envolvendo a aplicação de leis. Este vínculo mantido alimentará, ao que tudo indica, a personificação política daqueles, principalmente, durante as primeiras décadas do período republicano. Não por acaso, identificaremos a presença de Luiz Alves e do seu filho Cantídio Alves de Souza na lista de padrinhos na certidão de casamento de Henriqueta e Ovídio, ocorrido em 26 de julho de 1890. Mesmo após a celebração matrimonial e a mudança do casal para a Rua da Figueira, atual Francisco Tolentino (próximo ao terminal Rita Maria), mantiveram-se os vínculos sociais. Pois, no caderno de memória de Henriqueta vamos encontrar três referências dedicadas à família de Luiz Alves. “Ovídio casou-se dia 26 de julho de 1890. Padrinhos Luiz Alves e Cantídio Alves”; “A filha do Luiz Alves morreu dia 26 de maio de 1891; “O senhor Luiz Alves morreu no dia 18 de julho de 1891”.

Localizado entre o Largo da Alfândega e o Cais Arataca, o Bairro da Figueira era a morada de soldados rasos, marinheiros, pescadores, embarcações, meretrizes e pedreiros. Segundo Veiga (2010, p. 108):

O Bairro da Figueira era percebido em seu conjunto por quem desembarcasse na cidade. Assim, a visão inicial da Capital pelo mar não impressionava bem aos que a visitavam pela primeira vez. Apesar de Várzea atribuir-lhe ‘encanto paisagista’, reconhecia que parte da sua visualidade norte, ao longo do cais da Figueira, era ainda ocupada por casinhas antigas, com os fundos voltados para fora, exibindo quintalejos murados ou de tábuas e ripas, com uma ‘multidão de embarcações miúdas’ ao redor, como botes, batelões e canoas. Ainda em 1900 este bairro era, mas suas ruas mais próximas do mar, ‘o bairro dos embarcações’.

Para além da precariedade das residências das famílias empobrecidas, o bairro oferecia oferta de trabalho para diversas atividades laborais, sobretudo para os proprietários de carroças, como no caso de Ovídio Medeiros. Contando, talvez com relativa melhora no orçamento, a família muda-se em meados de 1900 para a Rua da Tronqueira, rua próxima ao antigo bairro da Pedreira, local onde cresceu e trabalhou Henriqueta, na confeitaria de doces. É nesta região que nascerá Ildefonso Juvenal.

A convivência do casal Henriqueta e Ovídio se deu por dezesseis anos. Durante esse tempo, nasceram os filhos João Edeltrudes da Silva, Ildefonso Juvenal da Silva, Argentina Capetulina da Silva, Raul Tito da Silva e Clotildes Antolina da Silva. Henriqueta de Castro teve ainda Orlando José de Souza, filho do segundo matrimônio contraído com José Luiz de Souza.

Segundo as informações deixadas por Ildefonso Juvenal, após o casamento dos seus pais, sua mãe manteve-se nos cuidados com a casa e com a educação dos filhos. Seu pai, Ovídio, manteve o ofício de carroceiro, empregando-se na Casa Hoepcke, especializada em artigos importados da Europa, localizada defronte ao largo da Alfândega. Local também usado pela Tia Eva como ponto de venda de seus quitutes.

Figura 17. Fachada externa da Casa Hoepcke



Fonte: <https://carlosdamiao.wordpress.com/2019/07/27/Antiga-Casa-Hoepcke-esquina-da-Ruas-Conselheiro-Mafra-com-Deodoro-Centro-de-Florianópolis>.

Mesmo com poucos recursos materiais disponíveis, Ovídio e Henriqueta procuravam oferecer um lar aconchegante e afetuoso aos seus filhos.

Desde que obtivera à custa de sacrifícios a carta de alforria, se casara, constituindo uma prole isenta do estigma deprimente da escravidão. Trabalhava em uma das mais importantes lojas da capital, empregando a sua diligente atividade no mister de conduzir compras às casas dos fregueses. Quando se aproximava o Natal, era ele quem desencanaixotava os artigos recém-chegados do estrangeiro, e conduzia em um cesto de vime os valiosos presentes que os pais ricos adquiriam, para oferecer aos filhos, e, à tardinha, regressava do seu labor, trazendo para casa o pão adquirido com o suor do seu rosto. (SILVA, 1952, p. 62).

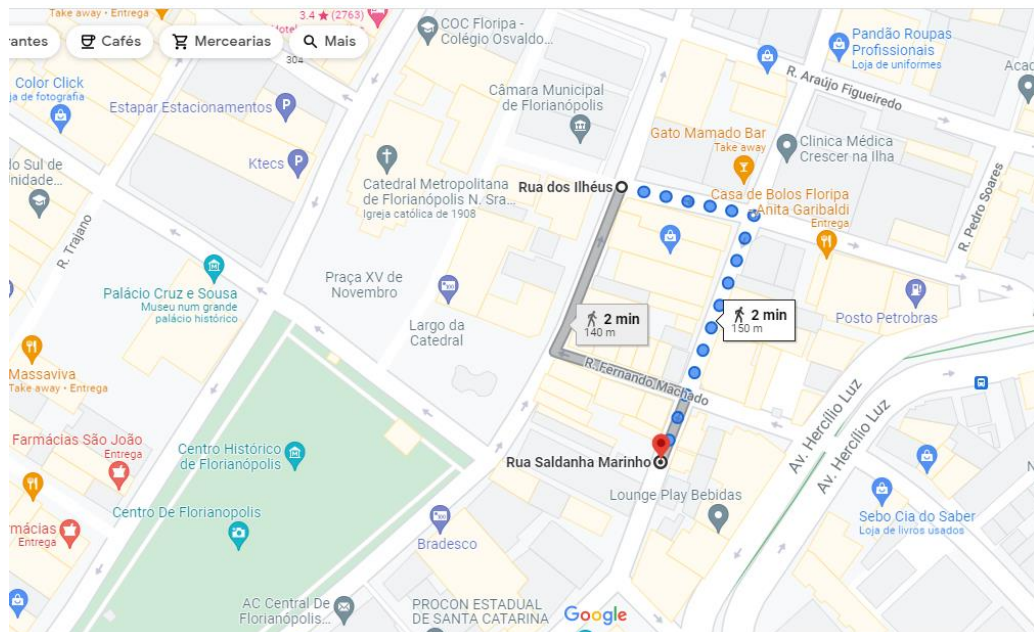
Ildefonso Juvenal, prossegue a narrativa:

Em chegando à casa, distribuía a cada um de nós os presentes que tanto ansiávamos. Eram sempre brinquedos com alguns defeitos de fabricação ou refutados pelos fregueses, por se acharem com ranhuras ou machucados, que o dono da loja, uma alma generosa e boa, que fora sempre protetora de nossa família, num gesto de reconhecimento pela dedicação e sacrifícios de meu pai para bem servi-lo, vendo que ele não podia empregar dinheiro na compra de brinquedos para os filhos, os separava, reservando os mais interessantes e aproveitáveis; e todos nós ficávamos muito contentes, porque aqueles que se achavam descolados ou com alguns defeitos, nossa boa mãe, que era inteligente e carinhosa, pacientemente os consertava. (SILVA, op. cit.).

Entre 1900 a 1906, a família de Henriqueta de Castro fixa residência à Rua 16 de Abril, Atual Visconde Ouro Preto. O terreno em nome de Ovídio media 9,55 x 23,50 metros quadrados. Fazendo frente com a Rua 16 de Abril e fundos com a Saldanha Marinho. Abaixo reproduzimos um panorama da região geográfica.

Como veremos no próximo capítulo, o terreno será alvo de desapropriação por parte do município, resultando na mudança de endereço.

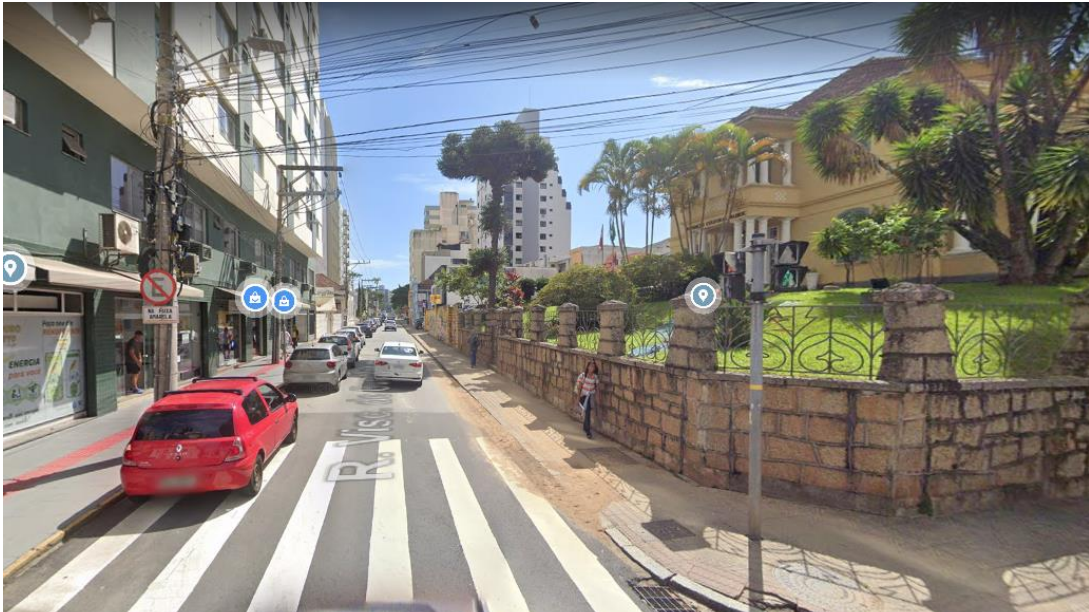
Figura 19. Vista área da Rua 16 de Abril, atual Visconde Ouro Preto



Fonte: Google Maps

Região aproximada da residência de Ovídio e Henriqueta em 1906.

Figura 22. Rua 16 de Abril, atual Visconde Ouro Preto



Fonte: Google Maps

4.3 DOS FILHOS

João Edeltrudes da Silva fora o primogênito do casal Henriqueta e Ovídio. Nascido a 23 de junho de 1891, às 23 horas, à Rua da Figueira, foi registrado no segundo dia após seu nascimento³². O batizado ocorreu no mesmo ano, em 12 de agosto, e contou com a presença dos padrinhos Clemente Manoel Cordeiro e Emília Mamede da Cunha. Aquele, membro das irmandades de Nosso Senhor dos Passos e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Beneditos dos Homens Pretos, conforme os jornais da época. Clemente Manoel aparece ainda ao lado de Ovídio Medeiros numa lista de doadores ao Hospital de Caridade, no ano de 1901³³. Sua morte consta do caderno de memória: “O compadre Clemente morreu dia 20 de outubro de 1915”. Em sua certidão de óbito³⁴ consta como sendo de cor parda, de cinquenta e cinco anos de idade, morador da Rua Major Costa, nº 10A.

Em 1898, aos sete anos, João Edeltrudes fora matriculado na escola primária de Dona Maria das Dores. Assim como os demais irmãos, fora alfabetizado primeiramente em casa por sua mãe Henriqueta. Buscando um futuro diferente para os filhos daquele vivido por seu marido, tratou de encaminhá-los para a arte tipográfica, porta de entrada no caminho das letras para as crianças pobres.

³² Registro civil, Florianópolis: nascimento, 1891 fev – 1893 fev., fl. 92.

³³ **O Estado**: Florianópolis, 08.fev.1901.

³⁴ Livro de Óbitos, Registro Civil: Florianópolis, jan. 1906 – fev. 1908, fl., 68.

Em suas memórias, Henriqueta descreve os passos profissionais do filho:

João entrou para o Correio da tarde, em 15 de junho de 1903.
 João entrou para o Dia no dia 6 de agosto de 1903.
 João recebia 5,000 no mês de outubro de 1903, na tipografia onde estava empregado.
 João entrou para o Correio do Povo, no dia 5 de outubro de 1904.

Após o falecimento de Ovídio Medeiros, ocorrido em 5 de setembro de 1906, João Edeltrudes não consta nos registros maternos no intervalo de dois anos. Ildefonso Juvenal pouco mencionou a existência do irmão mais velho. De forma exata, a referência ocorreu somente uma única vez, no aludido conto de natal *Uma página de minha infância*, quando o autor descreve o sentimento de desaprovação que teve ao receber uma caixa de montar:

Era um presente curioso, mandado especialmente para mim, pelo bondoso dono da loja, com o louvável propósito de educar a minha inteligência em formação e recrear o meu espírito, enquanto que o irmão mais velho ganhou uma linda corneta, a qual me causou grande inveja e descontentamento, pois eu desejava também uma igual, para brincar de batalhão com os meninos da vizinhança. (SILVA, 1952, p. 57).

Trago como hipótese para este silêncio intencional de Ildefonso Juvenal, a possibilidade de João Edeltrudes não ter assumido a responsabilidade enquanto arrimo de família. Papel este desempenhado por Ildefonso logo após o período de internato na Escola de Aprendizes Marinheiros, conforme se observa no seguinte trecho do *Jornal a Patrulha*: “Necessitando de recursos, depois do necessário aprendizado, que não foi longo, fez-se artista gráfico e trabalhou ganhando o pão de cada dia para a sua progenitora já viúva, pois que o pai falecera quando Ildefonso era ainda adolescente”³⁵.

Ainda sobre João Edeltrudes, o jornal *O Dia* noticia a passagem do seu nascimento, no ano de 1907. Neste período, Ildefonso Juvenal estava matriculado na Escola Aprendizes a Marinheiros. Ele não deve ter acompanhado o triste desfecho do irmão mais velho, que no ano seguinte emite uma nota no mesmo jornal solicitando esmolas, por se achar gravemente enfermo. Assim como o poeta Cruz e Sousa, João Edeltrudes não resistiu à tuberculose, vindo a óbito no dia 27 de agosto de 1908.

Aos vinte e sete de agosto de 1908, a este registro nesta cidade de Florianópolis, compareceu João Ubaldo Falcão e declarou que faleceu hoje as três horas da manhã, João Edeltrudes da Silva, pardo, com dezoito anos de idade, natural desta capital,

³⁵ **A Patrulha**: Florianópolis, maio de 1950.

solteiro, conforme atestou o Dr. Eugênio Barbosa e para constar faço este termo que assina o declarante. João Ubaldo Falcão³⁶.

Foi declarante João Ubaldo Falcão, conhecido como Baldinho, pertence ao círculo de amizade da família de Ildefonso Juvenal, sendo posteriormente padrinho do segundo casamento de Henriqueta de Castro, bem como membro do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux, ao lado de Juvenal na década de 20.

Ildefonso Juvenal da Silva nasceu em 10 de abril de 1894, às 21 horas, conforme registro no caderno de memórias. A capital do estado ainda se chamava Desterro, nome alterado somente três meses depois, como homenagem à Floriano Peixoto, presidente da República que conseguiu reprimir o movimento federalista.

As relações sociológicas estabelecidas pelos seus pais estavam em constante mudança. Maria Caldeira, a qual batizou dois filhos de Henriqueta por exemplo, aparece nos jornais em 1896 como contribuinte de tributos municipais por possuir dois taboleiros. É provável que seja ela uma das senhoras residentes à casa onde Henriqueta fora criada e educada. Uma relação afetiva, mas também econômica. No caderno de memória consta que no dia 10 de dezembro de 1898: “a comadre entregou o dinheiro ao Ovídio”. No ano seguinte, Maria Caldeira embarcou para o Rio de Janeiro, onde falecera no dia 8 de agosto de 1901.

A exemplo de João Edeltrudes, Ildefonso Juvenal fora alfabetizado em casa, conforme se observa no seguinte trecho:

A vocação que tenho pelas belas letras devo-a à minha saudosa mãe. Por vezes, nas horas de lazer, reunia os filhos ao seu redor e **lia para todos nós, histórias que ela copiava dos livros e revistas ou dos folhetins nos rodapés dos jornais**”. [*grifo nosso*]. (GARCIA, 2019, p. 33).

Ildefonso Juvenal vem de família pobre. O campo de possibilidades está dado: negro, filho de ex-escravos, de família humilde. O contingente é propício a um analfabeto, um trabalhador braçal, explorado. Porém, Henriqueta, sua mãe, leitora, usa de toda sua força e estratégia para letrar seus filhos. Aqui, a camada sociológica primária, primordial para a construção da personalidade, sendo o primeiro grupo social no qual a criança está inserida, tem seu papel fundante na personalidade de Juvenal. As ocorrências são por ele narradas:

Eu era, de todos o mais atento, pois, aquelas histórias impressionavam-me vivamente. E quando já sabia ler, grande **era a minha satisfação em folhear os seus cadernos de histórias**, escritas em caligrafia tão legível quanto bela e caprichosa, e muitos quadros e imagens neles contidos, **ficaram indelevelmente gravados na minha memória e criaram em mim o interesse pelas coisas belas do espírito,**

³⁶ Registro de óbitos: Cemitério Público de Florianópolis. Livro n. 29, maio 1908, fev de 1909. fl., 41.

despertando-me a inteligência para posterior aprimoramento [*grifo nosso*].
(GARCIA, 2019.p. 33).

A mãe e seus cadernos de histórias são elementos basilares na construção do *projeto-de-ser* escritor de Juvenal. Ao se experimentar leitor, quando folheava os cadernos, pôde sentir o gosto da escrita e leitura, tendo sucesso e prazer naquilo, fazendo com que essas ocorrências acabem tornando-se rotina.

Essa relação dialética permanente entre o sociológico, mediado pela mãe, e seu psicofísico fazem com que ele siga exatamente o caminho que sua mãe aparentemente traçou para ele: entrar na escola de marinheiros, tornar-se um homem letrado, e ter uma vida menos sofrida que a de seu pai, Ovídio.

Ao se escolher leitor e escritor, Ildefonso Juvenal cumpre com *projeto e desejo-de-ser*. Ele se escolhe ainda na infância, na formação de sua personalidade, sendo bem delimitado pela sua proximidade e gosto pelos cadernos e pelas histórias. Temos a mãe como principal mediadora do *projeto-de-ser* dele. Podemos afirmar o orgulho de Ildefonso ao falar da mãe, ao relatar esses momentos de contação de histórias, que ele lembra demasiadamente, sendo assim, peça fundamental na constituição do seu saber-de-ser escritor e leitor.

Matriculado na escola do professor primário, Luiz Pacífico das Neves, aos seis anos de idade, Ildefonso passou ainda pelas mãos do professor José Cesário Brasil, ambos educadores da primeira escola primária da capital, ambas destinadas a meninos. Pelos periódicos da época, podemos identificar o grupo escolar do qual pertencia Ildefonso, destaque para a presença de Altino Corsino Flores, que na fase adulta trará uma grande rivalidade com Ildefonso Juvenal:

Nos exames prestados no ano de 1903, foram aprovados plenamente os alunos: Nabor de Almeida Coelho, Turiblo Ávila da Silveira, Waldemar Freyesleben, Ildefonso Juvenal da Silva, Altino Corsino da Silva Flores, Luiz Soares, José Vicente Fiorenzano, Luiz Beltram e Deolecido Eulálio da Costa. O ato foi presidido pelo sr. Fernando Machado, diretor dos cursos, servindo de examinadores o professor normalista João Batista e o respectivo professor³⁷.

A respeito de Luiz Pacífico das Neves, escreve Ildefonso (SILVA, 1916, p. 12):

Era uma tarde primaveril. Phebo baixava-se lentamente no ocidente. Leviana aragem do Sul, fazia baloiçar as folhinhas das árvores. A atmosfera era branda e respirava-se um ar impregnado de perfumes de boninas e jasmims.

³⁷ Jornal **O Dia**. Florianópolis, 8 de dezembro de 1903, p. 2.

Sentado em um dos bancos do Jardim Público, eu apreciava esse maravilhoso quadro da natureza. Eis que se me deparou o vulto de um homem de mediana estatura, contemplando também, àquela hora, esta natureza sempre encantadora e que nos arrebatava: era o meu bondoso mestre dos tempos juvenis, cheio de bondade e de virtudes. Levantei-me pressuroso, e curvando-me em significativa saudação, tive o prazer de apertar fraternalmente, aquelas mãos delicadas, e senti-me muito feliz por encontrar após tanto tempo, aquele homem carinhoso e bem-feitor a quem sempre consagrei muita amizade.

De pai presente, a pai ausente. A morte de Ovídio Medeiros alterou profundamente as relações familiares. Os relatos das privações e da miséria são desse tempo:

Eu sou um desventurado, nasci envolto nas roupagens frias de uma pobreza enorme. Minha mãe fraca pela fome e enregelada pelo frio, de instante em instante aconchegava-me ao seu seio para não me ver chorar de fome. Cresci pobrezinho e, hoje embora sendo um artista, vivo na maior pobreza”. (SILVA, 1916, p. 25).

Como veremos no capítulo posterior, o ingresso de Ildefonso Juvenal da Escola de Aprendizes Marinheiros reforçara o projeto-de-ser mediado por sua mãe.

Sobre Argentina Capetulina da Silva tem-se poucas informações. Nascida a 27 de outubro de 1896, veio a óbito três anos depois, vítima de enterocolite crônica. Ela é citada no conto de Natal *Uma página de minha infância*, de forma afetuosa por Ildefonso Juvenal:

Lembro-me, que, certa vez, minha irmãzinha que no verdor dos anos, Deus nosso Senhor mandara buscar para o coro dos anjos nos céus, cansada de esperar pela vinda do nosso querido pai, adormecera – foi presenteada com uma riquíssima boneca de louça, com um braço quebrado. Minha mãe, naquela noite, fora dormir muito tarde, procurando consertar o braço da boneca, o que conseguiu graças à sua devotada paciência, carinho e amor, e, pela manhã grande foi a alegria de minha irmãzinha ao ver que ao seu lado dormia a mais linda boneca que jamais havia visto. (SILVA, 1952, p. 63).

A situação financeira da família não permitiu um funeral com grandes pompas. Sepultada no dia vinte e um do mês de maio de 1900, foi enterrada em cova rasa, no cemitério público municipal.

Quando Raul Tito nasceu, a 22 de outubro de 1899, a família era composta por cinco pessoas. Mantendo os vínculos anteriores foram escolhidos como padrinhos de batismo Clemente Manoel Cordeiro e Mathilde Alves. Mathilde Alves, era filha de Antônio e Maria Alves, constava na época do batizado com 14 anos de idade.

Raul Tito foi encaminhado como os demais irmãos para a escola primária da professora Elvira e, posteriormente, para a escola da professora Maria das Dores, conforme se

observa nas seguintes notas: “Raul entrou para Escola da Elvira dia 26 de novembro de 1906”; “Raul entrou para Escola da Maria das Dores dia 1º de março de 1907”.

Nos idos de 1906, Ovídio Medeiros já não respondia mais pelo sustento da casa. Caberia à Henriqueta a responsabilidade de custear a educação dos filhos. Contando Clothildes Antolina da Silva, a última filha do casal, com quatro anos, Raul Tito com 7 anos, Ildefonso Juvenal com 12 anos e João Edeltrudes com 16 anos, era preciso reorganizar o projeto familiar. É nessa fase que Ildefonso Juvenal é encaminhado para a Escola de Aprendizes a Marinheiro, etapa transitória entre a infância/juventude e a vida adulta.

5 O INGRESSO NA ESCOLA DE APRENDIZES MARINHEIROS DE SANTA CATARINA

Os antecedentes sociais que condicionaram matrícula de Ildefonso Juvenal na Escola de Aprendizes Marinheiros, foram como visto no capítulo anterior, associados à morte de Ovídio Medeiros, responsável pelo sustento da família, bem como as dificuldades enfrentadas por sua genitora no sustento dos filhos menores. O campo de possibilidades que se apresentava para Henriqueta era o de inserir seu filho Ildefonso Juvenal no internato da escola. Como nos lembra Sartre (1972), vivemos nosso futuro como presente. Aprimorar o conhecimento era a antessala do papel que viria a assumir – arrimo de família.

Nos idos de 1906, a referida instituição funcionava na cabeceira do Estreito, onde hoje funciona a sede da Guarda Municipal de Florianópolis, no Bairro de Coqueiros. Constituída ainda no Brasil Império, em 24 de outubro de 1857, a Escola de Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina tinha como principal objetivo formar o corpo efetivo da Marinha. (MACHADO, 2007). Muitas destas crianças eram recrutadas compulsoriamente, tendo como justificativa a

Figura 24. Fachada da Escola de Aprendizes Marinheiros, em 1911



Fonte: Machado (2007, p. 86), retirado originalmente do arquivo do Serviço de Documentação da Marinha.

Em 1911, a instituição estava localizada no edifício que serviu de Hospedaria de Imigrantes em Coqueiros, onde hoje está instalado a base da Guarda Municipal de Florianópolis. Antigo Portal Turístico.

necessidade de educar, disciplinar, para posterior aproveitamento nos vasos de guerra. De acordo com Nascimento (2008), muitas mães procuravam matricular seus filhos nas Escolas de Aprendizes como forma de garantir a educação escolar e o aprendizado de algum ofício.

Na virada do século XIX para o XX, os dados demográficos da população urbana de Florianópolis davam conta de uma população aproximada de 11.091 indivíduos. Sendo a porcentagem de negros de 26%, de acordo com o senso de 1890, coletados por Cardoso (2000). Entretanto, o índice diminuiu em nove pontos percentuais, quando analisamos a presença dos negros em todo o estado catarinense, sendo um total de 84,78% habitantes brancos e 15,22% de habitantes negros. Talvez a questão central não seja o quantitativo, mas antes pela qualidade das ações engendradas na capital do estado. Pois, no início do século XX, não se questionava o estatuto das quitandeiras, lavadeiras, domésticas, dos tigres e dos estivadores. O problema era saber quem ocuparia os espaços de "prestígio social" na moderna capital de Santa Catarina. Para Araújo (1989, p. 80):

A esta burguesia ansiosa por ascender a posições que lhe garantissem situações de segurança material e prestígio, e a incorporar as modas e os hábitos que importavam do Rio de Janeiro, não era mais suficiente ser branco, católico e proprietário: era preciso ser 'civilizado', ter 'gosto' e ser 'higienizado'.

Desde a sua fundação, por volta do século XVII, a capital de Santa Catarina, denominada Desterro até 1894, se desenvolveu muito ao gosto do estilo urbanístico português, em torno da praça e de costas para o mar. Posicionando a lente de análise numa perspectiva panóptica é possível ver uma sociedade estamental, muito próxima ao modelo do Antigo Regime. No topo da praça, a Igreja Católica, representando o clero, na linha seguinte a sede do governo estadual e da câmara municipal, representando a nobreza, seguem-se os profissionais liberais donos do comércio local, e por fim os trabalhadores. Essa estrutura perdurou até meados do século XX, quando houve alterações significativas no desenho urbano da cidade. Todavia, esse microcosmo urbano lança muitas pistas ao pesquisador sobre as representações sociais ali exercidas.

A esmo, formavam-se em torno desse centro administrativo e comercial bairros populares como Rita Maria, Figueira, Pedreira, Tronqueira, Campo do Manejo, Toca e Menino Deus (VEIGA, 1993, p. 101). Poucas eram as ruas calçadas. Além disso, animais soltos e a falta de saneamento básico faziam parte da realidade vivenciada por gente simples, em sua maioria marinheiros, militares, meretrizes, lavadeiras, pescadores e desocupados de toda ordem. As

doenças se propagavam e, não poucas vezes, se transformavam em epidemias, vitimando centenas de almas (BITENCOURT, 2004, p. 27).

Segundo Veiga (1993, p. 106):

A Tronqueira era a zona das lavadeiras, dos soldados e dos negros libertos (...). A Toca, refúgio da “gente do mar”, onde moravam os pescadores e os embarcadiços, em casas que, a rigor, podiam abrigar duas pessoas, mas que, na realidade, acomodavam o quádruplo ou quántuplo. Quanto a Figueira, era o bairro das “mulheres perdidas”, dos marinheiros em trânsito, da gente mais humilde e recuada da escala social.

O espaço urbano de Florianópolis tal como se apresentava havia se tornado um problema à política de desenvolvimento e de modernização. Para o historiador Hermetes Reis de Araújo (1989, p.23), os elementos desta remodelação urbana ocorreram nas “práticas e discursos político-higienistas visando modernizar e racionalizar as relações sociais em Florianópolis”. Ao encontro disso, “o homem, agora cidadão, deveria apresentar hábitos polidos, ser educado, estar apto a frequentar os ambientes criados para esta nova sociedade 'civilizada' e a cidade deveria ser limpa, higienizada e dinâmica” (BITENCOURT, p. 29). Todavia, este modelo político e social só foi possível após a vitória bélica dos republicanos frente aos movimentos contrários ao novo regime.

O culto cívico entra na ordem do dia. Consta do primeiro mandato de Hercílio Luz a criação do Hino do Estado de Santa Catarina, criação do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. Os topônimos que antes lembravam o Império são alterados; praças ganham datas republicanas, a exemplo da Praça Largo da Catedral, alterada para praça XV de Novembro. Placas e estátuas são erguidas em nome do patriotismo; são homenageados Fernando Machado (Guerra do Paraguai), Anita Garibaldi (Farrapos), Jerônimo Coelho (Fundador da Imprensa Catarinense), entre outros. Em outubro de 1894, ano de nascimento de Ildefonso Juvenal, a capital Desterro passa a ser denominada de Florianópolis, ação que marcava não somente a homenagem ao Floriano Peixoto, como também sedimentava de vez no poder os vitoriosos após a Revolução Federalista. Nesse momento, operaram-se mudanças na paisagem da cidade. Evidenciava-se, no dizer de Cardoso (2004, p. 92), o uso da *picareta da modernidade*. Em pequenos ou em grandes grupos de trabalhadores, alargavam ruas, canalizavam rios, calçavam antigas estradas de barro; havia por certo uma atmosfera pujante compartilhada naquela sociedade.

A construção da avenida do saneamento, atual Hercílio Luz, teve por objetivo melhorar as condições sanitárias da Tronqueira, ao mesmo tempo em que ligava os bairros Pedreira a Canudinhos. Sobre a Tronqueira, atual General Bittencourt, informa Cardoso (2008, p.69):

Ali era possível alugar quartinhos por módicos preços, em torno de 10\$000. As muitas tabernas existentes terminavam por compor o quadro de um típico bairro popular. Ou, na visão dos higienistas e das forças de segurança, configuravam um lugar onde os vícios e os crimes predominavam.

A reforma urbana se estendia sobre os prédios antigos, na retirada de moradores da parte central da cidade, pela substituição da fonte de iluminação pública de óleo de baleia à energia elétrica. Essas intervenções aliadas à criação de sistemas hídricos e sanitários constituíam o desenho de uma cidade que pretendia, a passos largos, equiparar-se aos grandes centros do país.

Em concomitância, as elites da cidade incorporavam padrões de comportamento dignos da *belle époque*, consequências diretas do modelo republicano irradiado pela Capital Federal. Marcaram época os modismos sociais, o discurso nacionalista, o culto cívico e a influência da cultura francesa. As últimas novidades da capital federal eram divulgadas pelos jornais, recebidos uma vez por semana pelos navios da Companhia Nacional de Navegação Costeira (BARBOSA, 1979, p. 175). Discurso lido e apreendido, organizavam-se nos salões dos clubes ou nos pátios das grandes chácaras encontros festivos noturnos denominados de *soirées*, onde se dançava ao som de pianos e violas, polcas, valsas e quadrilhas.

Para as classes trabalhadoras e para a população negra, o campo de possibilidades passava pela matrícula na Escola de Artífices, no Liceu de Artes e Ofícios, junto à Liga Operária Beneficente, na Associação Beneficente dos Trabalhadores de Florianópolis, além dos cursos de alfabetização das irmandades religiosas. Possibilidades estas distintas daquelas enfrentadas no regime escravista, onde o escravo não tinha acesso à matrícula nas instituições de educação formal.

É neste contexto antropológico de mudanças urbanas, as quais visavam normatizar comportamentos e hábitos, que as classes sociais “indesejáveis”, como os negros, os pobres e os indígenas submetidos às relações de subalternidade e dependência com as elites locais. Romper com esse quadro passa como mencionado acima, educar-se, tal qual o pensamento exposto por Antonieta de Barros (2011): “Toda ação requer instrumento. E o instrumento máximo da vida é a instrução”.

De acordo com o Decreto nº 6.324 de 14 de novembro de 1906, a Escola de Aprendizes a Marinheiros de Santa Catarina passava a ser classificada como Escola de 2ª Classe, para a qual foi designado o Capitão de Corveta Tito Alves de Brito.

Segundo o Relatório da instituição³⁸, em 1909 havia noventa e seis jovens matriculados, divididos em quatro classes distintas. Os de 1º classe eram os jovens que aprendem as outras disciplinas. Os de 2ª classe eram aqueles que sabiam ler e escrever e aprendem gramática e geografia. Já os de 3ª classe eram compostos por jovens que começavam a ler a escrever. Por fim, os de 4ª classe consistiam de jovens analfabetos. (art.20, cap IV, Regimento Interno).

Ildefonso ingressou na Escola de Aprendizes Marinheiros em três de março de 1906, sob a matrícula 89, sendo classificado entre os marinheiros de 1ª classe, pois já dominava os conhecimentos básicos da escrita e da leitura. Como visto, sua iniciação escolar se dera junto a sua

Figura 27. Relatório da Escola Aprendizes a Marinheiros



Fonte: Arquivo Nacional da Marinha do Brasil

³⁸ Ministério da Marinha. **Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil: pelo Vice-Almirante Graduado Alexandrino Faria de Alencar**. Rio de Janeiro: ed. Imprensa Nacional. Abril de 1909. Arquivo Nacional da Marinha do Brasil.

mãe e, posteriormente nas escolas dos professores Luís Pacífico Neves e José Cesário Brasil, ambas destinadas a meninos.

A entrada de meninos negros na instituição ainda não havia sentido o *revés* político pós-Revolta da Chibata. Mesmo ocorrida no Rio de Janeiro, a Revolta da Chibata trouxe consequências políticas e atos de discriminação racial em Santa Catarina. Pois, ao longo da década de 1910 e 20, surgiram denúncias públicas quanto ao impedimento de meninos negros na Marinha de Guerra Brasileira, afetando diretamente o ingresso de menores negros nas Escolas de Aprendizes Marinheiros. Caberá ao próprio Ildefonso Juvenal assumir o protagonismo de uma dessas denúncias no artigo *Os homens de cor*, publicado em 1915:

A marinha não aceita mais menores de cor!
O homem de cor está, portanto, fora da lei!
O brasileiro de cor não pode servir à Pátria!
Como?!

Mas que odiosa e revoltante seleção é essa, quando se sabe que no Brasil o número dos brancos - *verdadeiramente, puramente Brancos* -, se os há é talvez inferior aos dos homens de cor? A prevalecer essa ideia extraordinariamente antipatriótica, os homens de cor não podem figurar nos quadros da Armada Nacional. Então que sejam eliminados dos quadros da magistratura, dos quadros do funcionalismo público e talvez dos quadros da diplomacia.

Se o homem de cor não é julgado digno de prestar o seu contingente de esforço e de bravura, como marinheiro e como soldado na defesa das instituições e da Pátria, não pode também ser magistrado, representante da Nação, empregado público, oficial da Armada e do Exército.

Se a cor é obstáculo para uma coisa, o bom senso e o critério indicam que esse obstáculo deve prevalecer para tudo.

Se a razão é não querer que nos nossos navios apareçam lá fora homens de cor, mas unicamente homens brancos, essa razão é inteiramente sem razão, porque todo mundo sabe que o Brasil não é somente composto por brancos.

E quantos homens de cor, desde a mais modesta à mais alta condição, tem-se salientado neste país, tem-se tornando celebres com a honra para si e glória para a Pátria?

O que foi Marcellio Dias, o herói de Paysandú?

Homem de cor!

O que foi Henrique Dias, que se cobriu de glórias em Porto Calvo e Guararapes?

Homem de Cor!

O que foi José do Patrocínio, o jornalista ilustre, em cuja grande e nobre alma viveu sempre o sentimento da gratidão por aqueles que o ajudaram a fazer-se homem?

Homem de cor!

O que foi Monteiro Lopes, que chegou à culminância de representante da Nação?

Homem de cor!

O que foram Jequitinhonha o notável parlamentar e jornalista; Rebouças o emérito engenheiro; Luiz Gama e tantos e tantos que se imortalizaram nas letras, nas artes, nas ciências, em todo os ramos da atividade humana?

Quantos heróis negros de cor derramaram o seu sangue, sacrificaram a vida quer como marinheiros, quer como soldados

na guerra do Paraguai?
E nega-se ao homem de cor o direito de defender a sua terra, de
ser brasileiro³⁹.

Conforme observado por Nascimento (2007), após a Revolta da Chibata os casos de impedimento de meninos negros nas Escolas de Aprendizes Marinheiros passaram a fazer parte da dinâmica de seleção dos candidatos, mesmo a despeito da ausência deste dispositivo específico no regulamento de admissão. Prática também denunciada por Firmino Alfredo Rosa, intelectual negro, sindicalista portuário, pelas páginas do jornal *O Pharol*:

Menores de cor!

Chegou ao nosso conhecimento por meio de uma família de cor a queixa que reputamos justa, o fato dolorosamente parcial e triste de que o Sr. Tenente Bonifácio de Carvalho, comandante da Escola de Aprendizes Marinheiros, teria dado instruções para que não sejam alistados menores de cor. Em Florianópolis tem havido essa injusta seleção que é contra os princípios instituídos em nossa constituição e costumes⁴⁰.

Somos signatários do pensamento de Nascimento (2007, p. 130.): “Um número incalculável de mulheres e homens negros perdeu oportunidades de ascender socialmente devido à sua cor”. Teria Ildefonso Juvenal também sido preterido por sua cor? Ou sua saída da Escola de Aprendizes dera-se de forma voluntária visando auxiliar sua mãe no sustento de casa? Decorridos quarenta e nove anos de sua passagem pela Escola de Aprendizes Marinheiros, Ildefonso Juvenal já na qualidade de Major Farmacêutico da Reserva Renumerada da PM/SC, é convidado para proferir discurso alusivo ao centenário da instituição. Entre o conteúdo de exaltação patriótica e de cunho histórico, Juvenal rememora elementos (auto)biográficos de sua estada na escola:

Em nossa juventude por ela passamos, recebendo de superiores e mestres bondosos, admiráveis e salutarens ensinamentos, que muito nos serviram de orientação para outros misteres da atividade nacional a que o destino nos conduziu. A nossa passagem pelo modelar estabelecimento militar, deu-se de 1906 a 1909, e na retina de nossos olhos ficaram retratados gratos acontecimentos e a imagem dos mestres e superiores tão estimados.

Era comandante da Escola o Capitão de Corveta Tito Alves de Brito, o qual aliava ao reconhecimento valor como marujo e militar, verdadeiro sentimento de justiça e bondade de coração. Seu imediato, Capitão-Tenente Manoel Caetano de Gouveia Coutinho, possui as mesmas qualidades e era dotado de apreciada cultura literária e científica. A escola contava com três brilhantes oficiais instrutores: os Primeiros-Tenentes Lucas Alexandre Boiteux, Ápio Torquato Fernandes e Alberto Augusto Gonçalves, bem como um professor de primeiras letras; o educacionista Guilherme Caetano da Silva, homem modesto, mas, de apreciáveis qualidades e reconhecido saber como didata. (GARCIA, 2019, p. 442-443).

³⁹ **O ORIENTE**. Os homens de cor. Florianópolis: 4.jul.1915.p. capa.

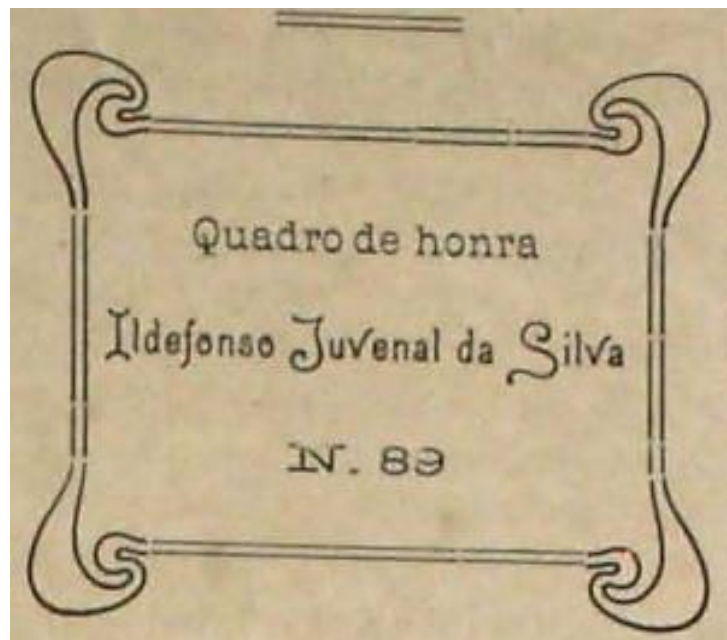
⁴⁰ **O PHAROL**. Menores de Cor. Itajaí: 10.jan.1922.

Entre os oficiais da época figuravam Lucas Alexandre Boiteux, autor do livro *Notas para a História Catarinense*, o qual era irmão de José Boiteux que na fase adulta de Ildefonso Juvenal atuará conjuntamente nas ações de valorização da memória do poeta Cruz e Sousa. Por iniciativa de Lucas Boiteux, foi organizado o jornal *O Marujo*, em 24 de outubro de 1907, impresso na Livraria Moderna, de propriedade da Pascoal Simone. A organização do periódico pode ter sido auxiliada por Ildefonso Juvenal, haja vista que no período já auxiliava os professores primários na alfabetização dos colegas por saber ler e escrever com destreza.

De conduta exemplar para as exigências estipuladas no regimento interno, Ildefonso Juvenal logo alcançou destaque entre seus colegas. Pois no relatório demonstrativo do ano de 1908, conta ter conquista as notas máximas em: leitura, 10, escrita, 10, aritmética, 10 e, 10, para conduta, totalizando 40 pontos. Sendo aprovado com distinção com louvor.

Segundo Nascimento (2007), o processo de seleção, que incentiva o bom comportamento, foi uma das principais armas utilizadas para se modificar o quadro de marinheiros, no sentido de excluir os indisciplinados das fileiras. Prossegue o autor: “os oficiais procuraram incentivar e seduzir os indivíduos com prêmios, criação e reorganização de escolas profissionais e de especialização, honras e títulos” (NASCIMENTO, op. cit. 121).

Figura 30. Menção honrosa



Fonte: Jornal O Marujo. Florianópolis, 24.dez.1907.
Hemeroteca Digital de Santa Catarina – BPSC.

O empenho de Ildefonso Juvenal ia ao encontro do modelo disciplinar desejado pelos oficiais. No ensino profissional, suas notas foram: aparelho de navio, 10, classificação dos navios e sua categoria, 10, obras de marinha, 10, rumos de agulha, 10, ginástica, 3, escalares a remo, 5, infantaria, 9, esgrima, 9, espada, 9, natação, 9, *football*, não foi oferecido, conduta, 9, totalizando 84 pontos, tendo aprovação plena.

Figura 33. Exercício de esgrima



Fonte: <http://www.arquivodamarinha.dphdm.mar.mil.br/>

Imagem do exercício de esgrima realizado na Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará.

O sistema de ensino da instituição dividia-se em duas etapas, sendo denominados Elementar e Profissional, conforme descrito no regulamento interno⁴¹. Constava do currículo do Ensino Elementar os conteúdos:

Português (noções de gramática ortografia, leitura corrente de impressos e manuscritos), caligrafia, aritmética (quatro operações, frações ordinárias e decimais, sistema métrico e suas aplicações) noções de geografia e história do Brasil, noções de

⁴¹ Jornal **O Marujo**. Florianópolis, 24 de outubro de 1907. n. 1.

desenho linear, definição de geometria plana e no espaço, confecção de mapas de serviço e lições de coisas. (art. 4, cap II).

O Ensino profissional era composto por:

Aparelhos dos navios de vela, nomenclatura dos navios de guerra modernos, obras de marinheiros, nomenclatura das armas de fogo, exercícios de infantaria e artilharia, tiro ao alvo, esgrima, natação, ginástica de remos e bordejos, rumos de agulha, sinais e sondagens. As Escolas ainda poderiam oferecer os cursos de ferreiro, caldeireiro, torneiro ou limador. (art. 5, cap II).

Ao longo do período de internato na Escola de Aprendizes, Ildefonso Juvenal acompanhou de longe a morte do seu pai, as mudanças constantes de residência, e o empobrecimento financeiro de sua família.

Aos cinco de setembro de 1906, a este registro nesta cidade de Florianópolis, compareceu João Edeltrudes da Silva, e declarou que faleceu hoje a uma hora da tarde, Ovídio Medeiros da Silva, vítima de afecção gastrointestinal, preto, com cinquenta anos de idade, casado com Henriqueta Amália de Castro, natural deste estado conforme atestou o Dr. Xavier de Mattos. E para constar faço este termo, que assina o declarante. João Edeltrudes da Silva⁴².

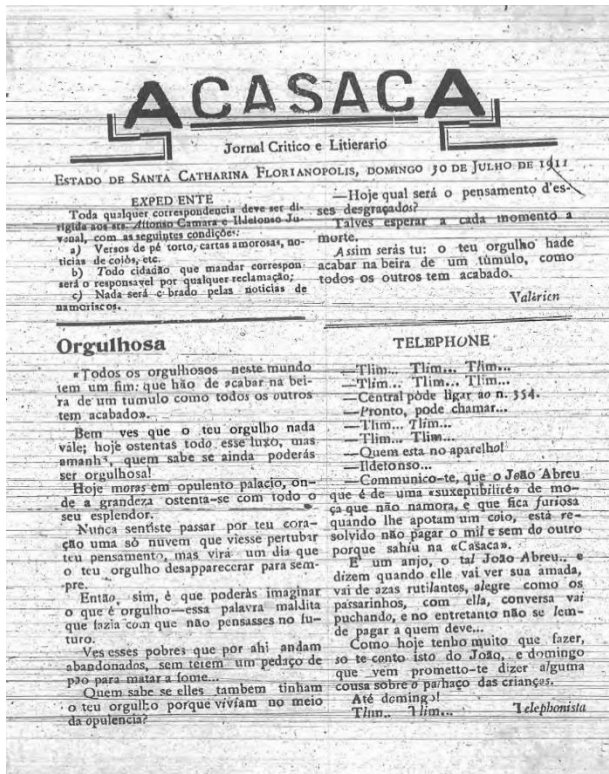
Em 1909, ao deixar a Escola de Aprendizes Marinheiros e voltar para casa, Juvenal encontrou o lar modificado. Sua mãe aguardava o nascimento do seu sexto filho, Orlando José de Souza, filho de José Dionysio de Souza, com quem se casara em segundo matrimônio no ano de 1911⁴³.

A passagem das idades da infância e *pueritia* - entre o nascimento aos 14 anos -, para Ildefonso havia acabado. Já inserido na vida adulta, as responsabilidades para com o sustento de si e no auxílio à sua mãe exigiam o emprego das habilidades desenvolvidas nas instituições escolares que passara. Tal qual João Edeltrudes e Raul Tito, seus irmãos, Ildefonso se fez artista gráfico. Porém, com uma sensível diferença no engajamento nas oficinas tipográficas. Ildefonso Juvenal debuta na imprensa catarinense ao fundar o jornal *A Casaca*, ao lado de Afonso Câmara. E, naquele mesmo ano, também publica o jornal *Azar*, conforme se observa a seguir:

⁴² **Livro de Óbitos**. Florianópolis: jan. 1906 – fev. 1908, fl., 68, registro 318.

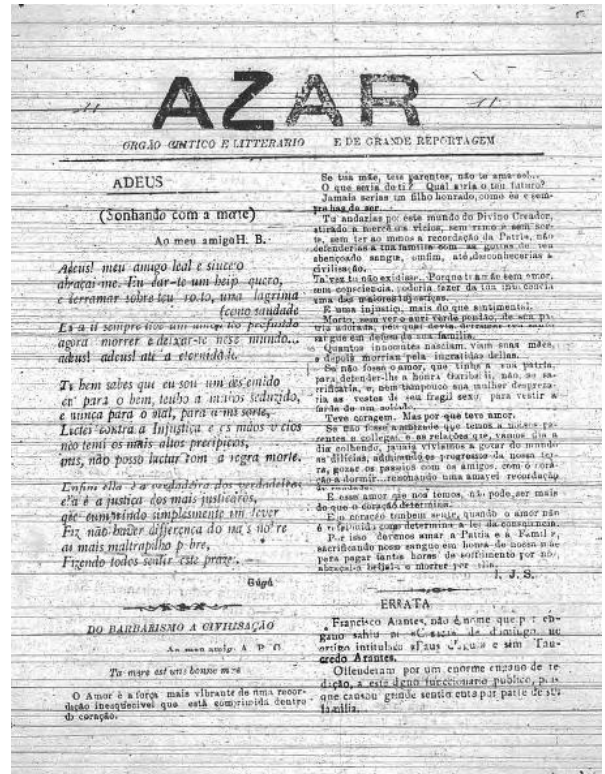
⁴³ **Livro de registro civil**, Matrimônios. Florianópolis: 1910, jun-1912-dez, fls., 117 e 118.

Figura 38. Jornal A Casaca



Fonte: Hemeroteca digital da BPSC. Jornal criado por e Ildefonso Juvenal e Afonso Câmara, em 1911.

Figura 35. Jornal Azar



Fonte: Hemeroteca digital da BPSC. Jornal fundado em 1911.

A partir dessa fase, o projeto e desejo de ser escritor está dado para Ildefonso Juvenal. Mesmo diante de incertezas e dissabores que irá encontrar nos anos seguintes, a literatura o acompanhou em todas as fases. Tanto as atividades profissionais como funcionário da Biblioteca Pública ou à frente do departamento de Farmácia da PM/SC, Ildefonso escreveu, discursou e articulou de maneira ampla setores econômicos, literários e sociais sem deixar de combater o racismo e o preconceito racial ao longo dos anos.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho marca, mesmo que parcialmente, uma trajetória iniciada a partir daquele encontro casual com Décio Davi da Rosa, nos idos de 1999. De João Rosa Júnior a Ildefonso Juvenal outros tantos estudos surgiram no decorrer do caminho. Trazendo à baila trajetórias de vida, sociabilidades e formas de (re)existência de mulheres e homens negros no período do pós-abolição. À exemplo do projeto *Lá no cruzeiro divino aonde as almas vão rezar: inventário das personalidades negras sepultadas no Cemitério do Itacorubi*, aprovado pela Lei Elisabete Anderle de Estímulo à Cultura/2020. No qual, identificou-se mais de trinta personalidades negras que marcam época ao longo do século 20.

Ao problematizarmos o período do pós-abolição para nele buscar compreender o *projeto e desejo de ser* escritor para Ildefonso Juvenal, tivemos que persistir na identificação de fontes históricas, aprimorar os métodos de pesquisa, bem como dialogar com a filosofia existencialista de Jean-Paul Sartre. Esta filosofia provocou-nos a pensar o período da infância e da *pueritia*, hoje visto como adolescência, na trajetória de Ildefonso Juvenal. As mediações sociológicas estabelecidas por seus pais, sobretudo, pela sua mãe foram cruciais para o projeto de ser escritor desenvolvido ao longo de sua carreira profissional.

Neste percurso fomos agraciados com o caderno de memória de Henriqueta de Castro, cuja existência ilumina uma nova senda de futuras pesquisas sobre os hábitos de leitura entre as mulheres negras na antiga Desterro. Provavelmente, ver-se-á relação entre aquelas com as educadoras negras do início do século 20. Conteúdo este ainda insipiente nos estudos sobre a História da Educação em Santa Catarina.

Uma página de minha infância transita entre o final do século 19 e início do 20, período de mudanças urbanas no centro da cidade, ao tempo da implantação dos sistemas sanitários, luz elétrica e calçamento de algumas vias públicas, a população composta por escravos, libertos e livres buscavam por meio de lutas conjuntas superar as barreiras raciais impostas. A luta por cidadania, igualdade e educação atravessará todo o século XX, chegando até aos dias atuais na voz de compositoras, grafiteiras e educadoras.

Texto e contexto, singular e universal, o movimento dialético proposto por Sartre permite ao mesmo tempo ler a sociedade de uma época e como ela afeta e é afetada pelos indivíduos. A (auto)biografia de Ildefonso Juvenal, “escritor de sete instrumentos”, sobressalta-se diante da omissão historiográfica comprometida em invisibilizar ou apagar a importância dos negros na constituição e desenvolvimento da sociedade catarinense ou brasileira.

A despeito de sua participação no campo social, o protagonismo de homens e mulheres negras e seus coletivos ao longo da história brasileira, por muito tempo ficaram à margem da narrativa oficial do estado (BOFF, 2015). Invisibilizados por um modelo de registro que valorizava os grandes heróis, as grandes personalidades, sendo, portanto, negligenciada a participação de mulheres, negros, indígenas, ciganos e demais grupos considerados inferiores, ao longo do tempo. Essa omissão tem sido questionada e revista com a implementação de leis em todo território nacional que instituem o direito à memória dos povos tradicionais e demais grupos excluídos do modelo tradicional de ensino. A exemplo das leis 10.639/03 e 11.645/08, aquela destinada ao ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira e, esta destinada a implementação da história e cultura indígena, ambas vinculadas ao Ensino Fundamental e Médio.

Mesmo diante de tantas evidências da participação social, seja no campo literário, jornalístico, das artes e no desenvolvimento de técnicas farmacológicas, a biografia de Ildefonso Juvenal da Silva não escapou do processo de invisibilidade e, permaneceu à margem dos estudos acadêmicos e literários de Santa Catarina por mais de cinquenta anos.

Cumprir destacar que durante o processo de qualificação da presente dissertação, ocorrida em 23 de abril do corrente ano, a mesma foi aprovada e indicada para o processo de *upgrade* – mudança de nível. Após a elaboração e defesa do projeto de doutorado, a banca constituída por membros externos à UFSC referendou a decisão da banca de qualificação mantendo a indicação para o *upgrade*.

Dessa forma, esta pesquisa terá continuidade no doutorado, tendo como preocupação a produção de conhecimento científico sobre os aspectos da trajetória de vida e obra de um *sujeito* histórico, cuja produção literária ficou por muito tempo esquecida em arquivos empoeirados, longe, portanto da lente dos pesquisadores e do debate acadêmico. Por fim, o tema encontra amparo na linha de Sociologia História e Educação do PPGE/UFSC, cuja produção científica busca justamente a produção de conhecimento com base na interdisciplinaridade, na busca constante da valorização de trajetórias de vidas dos *sujeitos* “esquecidos” pela historiografia oficial.

Em suma, analisaremos no doutorado o Negro intelectual – Intelectual negro: *aspectos da vida e obra de Ildefonso Juvenal da Silva (1894 – 1965)*, para compreender a atuação social de Ildefonso Juvenal da Silva enquanto um intelectual negro e, ao mesmo tempo, como um negro intelectual catarinense - inserido no debate literário, racial e da Educação no Brasil Meridional-, no pós-abolição.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. A Aventura do Diálogo (Auto)Biográfico: narrativa de si/narrativa do outro como construção epistemo-empírica. In: ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto; CUNHA, Jorge Luiz da; VILAS-BÔAS, Lúcia (Orgs.). **Pesquisa (auto)biográfica: diálogos epistêmico-metodológicos**. Coleção: Pesquisa (auto)biográfica, mobilidades, incertezas e refigurações identitárias. Curitiba: CRV, 2018, p. 25-49.
- ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica**. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, pp. 79-95, set. 2003. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/viewFile/30223/pdf>
- AMARAL, Tamelusa Ceccato do. **As Camélias do Desterro: a campanha abolicionista e a prática de alforriar cativos**. Itajaí: Casa Aberta, 2008.
- ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.
- BARBOSA, Marco Aurélio. **Uma história de duas cidades: trajetória e vida de Abdon Baptista**.
- BARROS, Antonieta de. **Farrapos de ideias**. 3ª ed. Florianópolis: Imprensa Oficial, 2001.
- BEMVINDO, V. **“Escovar a História a contrapelo”**: contribuições de Walter Benjamin para a concepção dialética da História. *Revista Trabalho Necessário*, 18(35), 20-37, 2020.
- BOFF, Virginia Ferreira. **Educação no pós-abolição: a escolarização de afrodescendentes em Florianópolis – SC (1888 – 1930)**. Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação, no Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015. disponível em:
- BRANCO, Márcio Rogério Delfes. **A formação de um mestre: projeto e desejo de ser capoeira**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **A música em Santa Catarina no século XIX**. Florianópolis. 1951.
- CABRAL, Osvaldo Rodrigues. **Nossa Senhora do Desterro**. Florianópolis: ed. Lurnadelli, 1979. 2v.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Negros em Florianópolis: relações sociais e econômicas**. Florianópolis: ed. Insular, 2000.
- CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. 18ªed. São Paulo: ed. Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. Rio de Janeiro: ed. Companhia das Letras, 1990.

CORRÊA, Carlos Humberto Pereira. org. **A realidade catarinense no século XX**. Florianópolis: Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, 2000.

DÁVILLA, Jerry. **Diploma de brancura**: política social e racial no Brasil (1917-1945). São Paulo: UNESP, 2006.

DOMINGUES, Petrônio. **Um desejo infinito de vencer**": o protagonismo negro no pós-abolição. Topoi (Rio J.) vol.12 nº 23 Rio de Janeiro jul./dez. 2011.

DUARTE, Eduardo de Assis (org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil**: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. (V.1). Ed. Fator, 1983.

ELLISON, Ralph. **Homem invisível**. São Paulo: Editora Record, 2020.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Adriano Caldas. Rio de Janeiro:

FERRO, Marc. **A história vigiada**. São Paulo: ed. Martins Fontes, 1989.

FILHO, Fernando Bartholomay. **A memória da abolição em Santa Catarina: imprensa, cultura histórica e comemorações (1889-1930)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em História, 2014. <http://tede.ufsc.br/teses/PHST0503-D.pdf>

FILHO, Fernando Bartholomay. **As festas em memória da abolição**: comemorações cívicas do feriado de 13 de maio na capital e no interior do estado de Santa Catarina (1890-1915). Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/2458/1611>

FONTÃO, Luciene. **Nos passos de Antonieta**: escrever uma vida. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Literatura, Florianópolis, 2010. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93991>

FREITAS, Patrícia. **A presença do negro nas obras de Franklin Cascaes**. Florianópolis: Ed. Insular, 1996.

GARCIA, Fábio (Org.). **Educação para as relações étnico-raciais**. Curso de formação continuada da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis. Florianópolis, 2011.

GARCIA, Fábio (Org.). **Ildelfonso Juvenal da Silva**: um memorialista negro no Sul do Brasil. Florianópolis: Editora Cruz e Sousa, 2019.

GARCIA, Fábio (Org.). **João Rosa Júnior**: poeta d'alma. Florianópolis: ed. Cruz e Sousa. 2020.

GARCIA, Fábio. **Negras pretensões**: a presença de intelectuais, músicos e poetas negros nos jornais de Florianópolis e Tijucas no início do século XX. Florianópolis: Edição do autor, 2007.

GOMES, Flávio e DOMINGUES, Petrônio (org.). **Experiências da emancipação**: Biografias, instituições e movimentos sociais. São Paulo: Selo Negro, 2011.

HALEY, Alex. **Negras raízes: a saga de uma família americana**. São Paulo: ed. Record, 1976.

<http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/6023/2/468735%20%20Texto%20Completo.pdf>
<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/90705/249827.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

JÚNIOR, Henrique Cunha. **Abolição inacabada e a educação dos afrodescendentes**.

LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: ed. Letras Contemporâneas, 1996.

MACEDO, Lisandra Barbosa. **Ginga, Catarina manifestações do samba em Florianópolis na década de 1930**. Dissertação apresentada ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), no Programa de Pós-Graduação em História (PPGH). Disponível em: docplayer.com.br/50331305-Lisandra-barbosa-macedo.html

MACHADO, Gisele Terezinha. **Escreveu, não leu, o pau comeu**: a Escola de Aprendizes-Marinheiro de Santa Catarina (1889-1930). Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007. Disponível em:

MARIA, Maria das Graças. **Imagens invisíveis de Áfricas presentes**: experiências das populações negras no cotidiano da cidade de Florianópolis (1930-1940). Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

MATOS, Felipe. **Armazém da província: vida literária e sociabilidades intelectuais em Florianópolis na primeira república**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2014. <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/128691>

MATTOS, Hebe. **Memórias do cativo**: família, trabalho e cidadania no pós-abolição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Coleção Corpo e Alma do Brasil. São Paulo - Rio de Janeiro: Difel, 1979. Cap. 3. p. 129-197.

MOURA, Clóvis. **As injustiças de Clio**: o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte, ed. Oficina de livros, 1990.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo, ed. Anita LTDA, 1994.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. **Revista Estudos Feministas**, [S.L.], v. 11, n. 1, p. 225-233, jun. 2003. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2003000100013&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 04 abr. 2021.

PASSOS, Joana Célia dos; DEBUS, Eliane (Org.). **Resistências e re-existências: desenvolvimento e cultura afro-brasileira na região sul**. Florianópolis: Atilênde, 2018.

PEREIRA, Moacir. **Dakir Polidoro: a hora do despertador**. Florianópolis: Ed. Insular, 2009.

PIAZZA, Walter. **O escravo numa econômica minifundiária**. Florianópolis: UDESC, 1975.

PINTO, F. M. **Memórias periféricas da capoeira angola de Salvador: criação e exposição do acervo pessoal de Mestre Nô**. Apresentação de trabalho, 2017.

PINTO, Fábio Machado; SANTOS, Ana Claudia Wendt dos; SPONCHIADO, Justina Inês. O biográfico em Sartre: noções e questões de método. **Cadernos de Estudos Culturais**, Campo Grande, v. 1, p. 75-93, 05 jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/cadec/article/view/13020>. Acesso em: 09 ago. 2021.

RASKE, Carla. **Agremiações afrodescendentes em Florianópolis na primeira metade do século XX**. Anais do II Seminário Internacional História do Tempo Presente, 13 a 15 de outubro de 2014, Florianópolis, SC Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), 2014.

RASKE, Carla. **Diáspora e cultura: contribuições de Stuart Hall à pesquisa sobre agremiações afrodescendentes em Florianópolis (1920-1950)**. <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/25340>

RASKE, Carla. **Imprensa negra e combate ao racismo (Florianópolis, 1914-1925)**. Tempo & Argumento – Revista de História do Tempo Presente. Disponível em: <http://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310252018038>

RICOEUR. Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: ed. Unicamp, 2008

ROMÃO, Jeruse; GARCIA, Fábio (et.al.). **Africanidades Catarinenses. Coleção A África está em nós**. Livro nº 5. Paraíba: Grafset, 2008.

ROSA, André Luiz. **Operários de bola: um estudo sobre a relação dos trabalhadores com o futebol na cidade de Itajaí (SC) entre as décadas de 1920 a 1950**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2011.

SANTOS, José Antônio dos. **Como nunca se viu na história deste país: histórias negras no pós-abolição brasileiro**. Disponível em: http://www.eeh2010.anpuhrs.org.br/resources/anais/9/1279494522_ARQUIVO_ANPUH.2010.pdf

SANTOS, José Antônio dos. **Em defesa da “classe dos homens de cor”**: o exemplo nas trincheiras do jornalismo da diáspora. Disponível em: www.uvanet.br/historiar/index.php/1/article/download/307/246

SANTOS, José Antônio dos. Prisioneiros da história. **Trajetórias intelectuais na imprensa negra Meridional**. Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/48136140.pdf>

SARTRE, Jean-Paul. **As Palavras**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1964.

SARTRE, Jean-Paul. **Questão de método**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

SCHNEIDER, Daniela Ribeiro. **O método biográfico em Sartre**: contribuições do existencialismo para a psicologia. Estudos e pesquisas em psicologia, UERJ, RJ, ano 8, N.2, P.289-308, 1º de setembro de 2008.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **“Rememoração”/comemoração**: as utilizações sociais da memória. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 22, nº 44, pp. 425-438. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14006.pdf>

SILVA, Ib. Major Ildefonso Juvenal da Silva. In: MENEZES, Roberto Rodrigues de (org.). **Livro dos Patronos I**: academia de letras dos militares estaduais de Santa Catarina. Florianópolis: Papa-Livro, 2014. Cap. 8. p. 79-104.

SILVA, Ildefonso Juvenal da. **Contos de Natal**. 2ª ed. Florianópolis: ed. Autor, 1952.

SILVA, Ildefonso Juvenal da. **Contos de Natal**. Florianópolis: ed. Autor, 1939.

SILVA, Ildefonso Juvenal da. **Páginas simples**. Florianópolis: ed. Autor, 1916.

SILVA, Ildefonso Juvenal da. **Painéis**. Florianópolis: ed. Autor, 1918.

SILVA, José Bento Rosa da. **Caetanos e Caetanos**: tradição oral e história (em preto e branco). Itajaí: ed. do autor, 2008.

SILVA, José Bento Rosa da. **Família Cazumbá**: as peculiaridades dos descendentes de africanos nos últimos anos da escravidão e no pós-abolição (Recôncavo da Bahia – c. 1879 - 2015). Itajaí: ed. Casa Aberta; Recife: Ed. UFPE, 2018.

SILVA, José Bento Rosa da. **Um filho de Lavras**: memórias, vivências e experiências – Capitão Bento Rezende da Silva (1919-2007). Itajaí: ed. Casa Aberta, 2010.

SILVA, Robson Heinzen. **Acesso dos afrodescendentes ao sistema educacional**: notas a partir dos percursos históricos. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, 2015. Disponível em: http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/110257_Robson.pdf

SPONCHIADO, Justina Ines. **Da relação com a escola e seus saberes entre crianças (de) famílias de “baixa renda”**: um estudo a partir de uma instituição pública da Ilha de Santa Catarina. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2012.
<http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/96181>

TEIXEIRA, Luana; Pereira, Lucésia. **Trajano Margarida**: poeta do povo. Florianópolis: Ed. Cruz e Sousa. 2019.

WAGNER, Ana Paula. **Diante da liberdade**: um estudo sobre libertos da Ilha de Santa Catarina, na segunda metade do século XIX. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História junto ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. 2002.

WESSELING, Henk L. **Dividir para dominar**: a partilha da África (1880-1914). Tradução de Celita Brand. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora Revan, 1998.

Apêndice A - Ficha de registro: jornais catarinenses (1880 -1970)

O ESTADO										
1915	1916	1917	1918	1919	1920	1921	1922	1923	1924	1925
0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000
1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936
0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000
1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947
0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000
1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000
1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	1966	1967	1968	1969
0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000
A GAZETA										
1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944
0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000
1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955
0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000	0000
1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964	1965	
FOLHA NOVA										
1926	1927	1928	1929	1930						
0000	0000	0000	0000	0000						

Fonte: Elaborada pelo autor (2021)

Apêndice B - Periódicos analisados entre 1880 a 1970

<p>1880-1890</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Crepúsculo</u> • <u>O Abolicionista</u> • <u>A República</u> 	<p>1891-1900</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>A República</u> 	<p>1901-1910</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>A República</u> • <u>O Dia</u>
<p>1911-1920</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>21 de maio</u> • <u>A casaca</u> • <u>A tarde</u> • <u>A Tribuna</u> • <u>A Urucubaca</u> • <u>Azar</u> • <u>Clamor do povo</u> • <u>Folha do Comercio</u> • <u>Folha Rosea</u> • <u>A República</u> • <u>A Semana</u> • <u>O Dia</u> • <u>O Estado</u> • <u>Jornal XXIX de Maio</u> 	<p>1921-1930</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>A Notícia (Joinville)</u> • <u>A Pavuna</u> • <u>Diário de São Luiz (MG)</u> • <u>Folha Acadêmica</u> • <u>Folha Nova</u> • <u>A República</u> • <u>Jornal de Joinville</u> • <u>Jornal de Tijucas (SC)</u> 	<p>1931-1940</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>Correio do Paraná</u> • <u>Correio do Sul</u> • <u>Diário da Tarde</u> • <u>A Gazeta</u> • <u>A República</u> • <u>O Estado</u>
<p>1941-1950</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>A Patrulha</u> • <u>Albor</u> • <u>Correio do Povo</u> • <u>Correio do Sul</u> • <u>Diário da Tarde</u> • <u>A Gazeta</u> • <u>Jornal do Povo</u> • <u>O Estado</u> • <u>Dia e Noite</u> 	<p>1951-1960</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>A Gazeta da Pharmacia (RJ)</u> • <u>Albor</u> • <u>Correio do Povo</u> • <u>A Gazeta</u> • <u>O Estado</u> 	<p>1961-1970</p> <ul style="list-style-type: none"> • <u>A Gazeta</u> • <u>O Estado</u>

Tabulação: Elaborada pelo autor (2021)

Apêndice C - Cronologia de vida e obra⁴⁴

1805

Nasce Joanna, de origem africana, mãe de Ovídio Medeiros da Silva.

1850

Nasce Ovídio Medeiros da Silva.

1866

Nasce Henriqueta Amélia de Castro, filha de João Floriano de Castro e Jurema Alves. Foi alforriada ao nascer. Após casamento altera o nome para Henriqueta de Castro e Silva.

1871

Instituída a Lei do Ventre Livre, a qual consentia a liberdade aos filhos nascidos de mães escravizadas. No entanto, os senhores poderiam utilizar-se dos serviços dos menores até os 21 anos de idade a título de restituição dos valores empregados na sua criação.

1885

Instituída a Lei do Sexagenário, a qual consentia a liberdade aos escravos acima de 60 anos. Infelizmente, poucos eram os indivíduos que chegavam até essa idade.

1888

Instituída a Lei Áurea, a qual extinguiu a escravidão no Brasil.

1891

Nasce João Edeltrudes da Silva, filho primogênito do casal Ovídio Medeiros da Silva e Henriqueta de Castro e Silva.

1894

Nasce Ildefonso Juvenal na cidade de Desterro, Rua José Veiga, antiga Tronqueira, no dia 10 de abril, filho de Ovídio Medeiros da Silva e Henriqueta de Castro e Silva, às 21h, sendo seus avós maternos João Floriano de Castro e Jurema Alves. Teve como irmãos Raul Tito da Silva, Clotilde da Silva e Orlando José de Souza após segundo casamento da sua mãe.

1895

Ovídio Medeiros, 39 anos, e Henriqueta de Castro e Silva, 29 anos, casam-se no dia 14 de maio. Foram seus padrinhos de casamento Jacinto Alves de Souza e Bernadinho Israel. Padrinho Mendonça.

⁴⁴ Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

1900

Em 22 de outubro, nasce Raul Tito da Silva, às 4h, na cidade de Florianópolis.

1902

Em 2 de setembro, nasce Clotilde da Silva, na cidade de Florianópolis.

1905

Ovídio Medeiros viaja para Angelina - SC, em 17 de janeiro.

Em 8 de agosto, Ovídio de Medeiros da entrada no Hospital de Caridade, tendo alta somente no dia 7 de dezembro.

1906

Em 27 de julho, a casa de propriedade de Ovídio de Medeiros, localizada na Rua 16 de abril, antigo bairro da Pedreira, atual Visconde Ouro Preto, é alvo de processo de desapropriação.

Em 5 de setembro, falece Ovídio de Medeiros da Silva, preto, 50 anos de idade, às 13h vítima de afecção gastrointestinal. Morava então na Rua Bocaiúva. Foi sepultado em cova rasa no dia seguinte à sua morte, no Cemitério das Três Pontes, atual cemitério do Itacorubi, na sepultura de nº 22.742.

Ildefonso Juvenal, aos 12 anos, ingressa na Escola Aprendizes Marinheiros.

1907

Aos 13 anos de idade, Ildefonso Juvenal recebe menção honrosa nº 89, na Escola Aprendizes Marinheiros de Santa Catarina. É provável ter participado da produção do jornal *O Marujo* entre 1906 a 1908.

1909

Recebe baixa da Escola de Aprendizes Marinheiros. Contava Ildefonso Juvenal com 15 anos. Nasce Orlando José de Souza, filho de Henriqueta de Castro e Silva e Domingos José de Souza, seu segundo casamento.

1911

Ildefonso Juvenal publica em parceria com Afonso Câmara o jornal *A Cassaca*.

Em conjunto com outros redatores publica o jornal *Azar*.

1912

Ildefonso Juvenal escreve no jornal *O Porta Voz*. Periódico destinado aos tipógrafos de Florianópolis.

1914

Organiza um grupo de regata intitulado 13 de maio.

Organiza atividade cívico-literária em prol do 13 de maio.

Em 6 de março, publica seu primeiro livro de poesias *Contos Singelos*.

1915

Organiza atividade cívico-literária em prol do dia 13 de maio, no Teatro Álvaro de Carvalho.

Membro da equipe fundadora do jornal *O Estado*, em 13 de maio.

Editor do jornal literário *A Urucubaca*.

Editor do jornal literário *Folha Rosea*. Fundado em 15 de novembro.

1916

Em 10 de fevereiro, falece Henriqueta de Castro e Silva, aos 50 anos de idade, de cor parda, às 14h, em sua residência na Rua Nova Trento, s/n. Foi enterrada no Cemitério das Três Pontes no dia 11 de fevereiro na sepultura de nº 26.193.

Publica o livro *Páginas Simples*.

Publica o livro *Florianópolis* (não localizado).

Publica o livro *Questão de Limites* (discurso patriótico).

Editor do jornal *O Clamor do Povo*.

Em 19 de novembro elabora o hino *20 de Outubro* em parceria com o Maestro Penedo, em homenagem ao acordo assinado entre os estados de Santa Catarina e Paraná pelo fim da Guerra do Contestado.

1917

Em janeiro, ingressa na Força Pública, atual Polícia Militar, como Praça.

Em maio é transferido promovido a Cabo da Força Pública.

Em junho é transferido para servir em Camboriú - SC.

Em outubro, o grupo dramático *Esperança no Porvir*, de Camboriú, interpretou a obra *Waltrudes: o nauta veneziano* de autoria de Ildefonso Juvenal.

Em novembro, é promovido a 3º Sargento da Força Pública.

1918

Em janeiro, é removido de Camboriú para Florianópolis.

Publica o livro de teatro *Painéis*.

Em 27 de setembro é promovido a 2ª Sargento da Força Pública.

Em 28 de setembro é promovido a 1º Sargento da Força Pública.

Em novembro é promovido a 1º Sargento Ajudante na 2ª Companhia. Auxilia na alfabetização dos Praças na Escola Regimental.

Em 21 de dezembro é criada a Escola Regimental Marechal Guilherme e uma biblioteca anexa à escola.

Em 23 de dezembro é designado para atuar como adjunto do professor, na Escola Regimental Marechal Guilherme para auxiliar na alfabetização dos Praças.

1919

A 22 de julho, nasce Ovídio Juvenal da Silva, filho de Ildefonso Juvenal e Ana Gomes.

Publica o livro *Relevos*.

Em dezembro, solicita baixa da Força Pública.

1920

Cofundador do Centro Cívico e Recreativo José Boiteux.

Publica a revista literária *Florianópolis Original* (não localizado).

1921

É nomeado Amanuense Conservador da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

Ingressa no curso de Farmácia do Instituto Politécnico de Florianópolis.

Membro fundador do Clube Náutico Henrique Dias, agremiação associada ao Centro Cívico e Recreativo José Boiteux.

1922

Em 31 de janeiro, nasce Gerci Gomes da Silva Martins, filha de Ildefonso Juvenal e Ana Gomes da Silva.

1923

Colaborador do jornal *Folha Acadêmica*, periódico institucional do Instituto Politécnico de Florianópolis.

Publica o livro *Nestor Vitor e Cruz e Sousa*, após viagem a capital do estado paranaense, Curitiba. O livro fez parte das comemorações alusivas ao 25º ano de morte do poeta Cruz e Sousa.

É nomeado presidente da comissão da herma do poeta Cruz e Sousa.

Incluso no posto de 2º Tenente da Força Pública como Comissionado.

1924

Diploma-se farmacêutico pelo Instituto Politécnico de Florianópolis.

1925

Membro fundador do Centro Catarinense de Letras.

Membro fundador da Associação Catarinense de Farmacêuticos.

Membro honorário do Centro Cívico e Recreativo Cruz e Souza de Lages.

1926

Exonerado do cargo de Amanuense Conservador da Biblioteca Pública.

Em 23 de abril é posto à disposição do Comando Geral da Força Pública para ficar responsável pela farmácia da corporação.

Em 1 de setembro coordena a recém-criada Escola de Enfermeiros da Força Pública.

Em 31 de dezembro é nomeado 2º Tenente Comissionado da Força Pública.

Muda-se com a família para a casa construída pelo Montepio na Rua Bocaiúva, próximo ao atual Shopping Beira Mar de Florianópolis.

1927

Editor do jornal *O Miliciano*. Periódico oficial da Força Pública.

É homenageado pelo Maestro Astrogildo Teixeira com o dobrado *2º Tenente Farmacêutico Ildefonso Juvenal da Silva*.

1928

Em 14 de janeiro é efetivado no posto de 2º Tenente Farmacêutico da Força Pública.

1929

Orador do Adolfo Konder Futebol Clube – clube oficial de futebol da Força Pública.

Publica o livro *Páginas Simples* (poesia – prosa e discursos).

1932

Em 13 de setembro é designado para servir no 1º Batalhão de Reserva da Força Pública, durante o período das operações de guerra.

1934

Membro correspondente da Academia Rio-grandense de Letras – RS.

1935

Publica o livro *Conferência sobre Higiene*.

Coordena a publicação do livro sobre o *Centenário da Força Pública do Estado de Santa Catarina (1835 – 1935)*.

1937

Em 7 de setembro é promovido ao posto de 1º Tenente da Força Pública.

1939

Publica o livro *Contos de Natal*.

Membro Honorário da Associação Cultural Luiz Delfino de Florianópolis.

1940

Membro da Cruzada Nacional de Combate ao Analfabetismo.

1942

Publica o livro *Teatro: obras completas*.

Eleito sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

1944

Publica o livro *Laguna engrandecedora da História Catarinense*.

Membro fundador da Associação dos Amigos do Estreito.

1946

Publica o livro *Ensinando a ensinar errado*.

Publica o livro *Os valores culturais do Itajaí de ontem e de hoje*.

É transferido para a reserva renumerada da Força Pública.

1947

Publica o livro *Lages e seu desenvolvimento cultural: palestra realizada no salão nobre do Instituto de Educação de Lages*.

Incentiva a criação da Biblioteca Municipal Emílio Carlos Jourdan de Jaraguá do Sul.

1948

Membro da subcomissão de Folclore do Estado de Santa Catarina.

Publica o livro *Eduardo Dias: o mágico do pincel*.

Publica o livro *À Nossa gloriosa Marinha de Guerra no dia maior de sua História*.

Eleito sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Santos – SP.

1949

Eleito sócio correspondente da Academia de Letras José de Alencar – PR.

1951

Membro da Sociedade Amigos do Estreito.

1952

Publica o livro *Contos de Natal: revisado e ampliado*.

1954

Preside a Associação dos Ex-alunos do extinto Instituto Politécnico de Florianópolis.

1956

Membro da Comissão Promotora do Monumento a Anita Garibaldi.

1960

Membro fundador do Instituto Cultural Brasil - Uruguai.

1961

Membro do Sindicato dos Jornalistas de Santa Catarina.

1965

Falece em decorrência de um ataque anafilático.